

12.875

Junho Secionul do Estado

355

Imms fmes

oleuvi

Peticão  
Giuseppe Guardu

Autuação

Nos de

229

(11)



REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

O Ministro de Estado da Justiça e  
Negócios Interiores, em nome do Presidente da  
República:

Resolve no termo do § 4.º do art.º 12 da Lei nº 221 de  
20 de Novembro de 1894, Conceder exequatur, a fim de  
que possa ser cumprida, a carta rogatória expedida  
pelo Tribunal de Veneza, na Itália, às justicas do Estado  
de Minas Geraes para se tomados depoimentos de  
Giuseppe Guarda.

Capital Federal em 25 de abril de 1898.

Amaral Cabral.

PF/PPF/0130-02

Registrada

1.<sup>a</sup> Secção

Capital Federal, 25 de abril de 1898

N.º 351

PF/PPF/0130-04

A. passe - re precatoria rogatoria as  
respectiva do juiz de Direito, requirido  
tendo, em nome d'este juiz, a deligencia  
transcreverem n'ella as peças necessa-  
rias: uma muy cumprida e junta,

Com a inclusa portaria de exequatur, da  
qual deverá ser pago o sello competente, trans-  
mitto-vos, afim de ter o devido andamento,  
sendo oportunamente devolvida, a carta ro-  
gatoria expedida pelo Tribunal de Vengo, na Italia,  
as justicas desse Estado, para ser tomado o de-  
senvolvimento de Giuseppe Guanda.

Saude e fraternidade.

Amoroso abraço.

PF/PPF/0130-03

L. Luiz Federal na Secção de Minas Geraes.

PF/PPF/0130-04

DIRECTORIA GERAL DA JUSTICA

aos autos, v. n.º 1234

1878

Esperanza

[Faint, mostly illegible handwritten text on lined paper]

[Faint handwritten text at the bottom of the page]



Eu abaixo assignado Professor

*Achilles Biolchini*

*Traductor Publico Juramentado e Interpretie Commer-*  
*cial matriculado na Meritissima Junta Commercial*  
*e Tribunal de commercio desta praça do Rio de Ja-*  
*neiro para os idiomas FRANCEZ, HESPANHOL E JTA-*  
*LIANO, com escriptorio á rua Primeiro de Março, n. 39*

Certifico que me foi apresentado um a  
*Carta Rogatoria* escripta  
 em *Italiano* afim de traduzil-o fielmente  
 para a lingua vernacula, o que cumpro em razão de meu  
 officio e cuja traducção é a seguinte:

### TRADUÇÃO

*Côrte de Appellação de*  
*Venera N.º 345 p. pres.*  
*Rogatoria*  
 *Ao Excellentissimo Tri:*

Tribunal de Appellaçãõs Bra-  
zileiro no Estado de Minas.

Venera 1 de Fevereiro de 1898.

Na causa civil promo-  
vida perante o Regio Tri-  
bunal de Vicencia com ci-  
taçãõ de 19 de julho 1894  
por Juarda Giuseppe do fi-  
nado Domenico de Montebel-  
lo Vicentino Auctor repre-  
sentado pelo procurador  
e patrono officioso Mi-  
chele Perani de Vicencia  
com domicilio eleito, junto  
do Advogado Ciano Anto-  
nio de Venera, admittido  
ao gratuito patrocinio per  
Decreto de 14 de Outubro  
de 1891. N.º 245 da Commis-  
sãõ addida ao Regio Tribu-  
nal Civil e Penal de Vicer-  
cia, contra Cadore Pietro  
do finado Leopoldo de San-  
drigo, Reo representado pe-  
lo procurador Vibulano



Volebele de Vicencia, com  
domicilio eleito junto do Ad-  
vogado Carlo Vittorelli de  
Venera, esta Regia Corte  
de Appellacão com senten-  
ca de 22 de Abril de 1896  
naõ sujeita a qualquer re-  
clamação reformando ou  
rectificando aquella do Tri-  
bunal de Vicencia de 21  
de Janeiro de 1893, deferindo  
ao Auctor Giuseppe Guarda  
o juramento de officio sobre  
a seguinte formula: - -  
" Juro que no S. Martino  
" de 1890 no hotel dos tres cra-  
" vos em Venera em conse-  
" quencia da interposicão de  
" Angelo Raucan e de Costa  
" man Antonio, Cadore e  
" Antonio obrigou-se a pa-  
" gar-me Liras 300 e estas  
" como definitiva de qualquer  
" nossa pendencia e liquidaçãõ  
" de contas e relativamente

„ aos contractos de venda e suc-  
„ cessiva recuperação de que nos  
„ instrumentos 5 de Junho de  
„ 1884 N.º 8395, notas Ceccati  
„ e de 5 de Outubro de 1889,  
„ N.º 98.98 em notas do Tabel.  
„ lião fiavello, mas que depois  
„ não cumpriu com esta sua  
„ obrigação” — — — — —

Representou-se, que Giuseppe Guarda emigrou para a America residindo no Brazil Estado de Minas, Companhia Mogyana estação de Conquista como trabalhador pelo que a requerimento de seu patrono foi ordenado que seja recebido o seu juramento pela autoridade judiciaria competente do lugar de sua residencia. — — — — —

Por isto convido a gentileza d'esse Excellentissimo Tribunal de Appellacão para que disponha que a Autori-





Dade judiciária competente do lugar de residência de guarda marque dia e hora para o mesmo prestar juramento admittido perante a mesma, dando d'isto participação a esta Regia Corte de Appellacão pela notificação que deve ser feita ao procurador do Rio Cadore, e reciba no dia marcado o dito juramento, enviando em seguida o termo relativo para ser tomado. Offerce-se a mais perfeita reciprocidade. — — —

A presente Rogatoria sera' transmittida por via diplomatica pelo tramite da Regia Procuradoria d'aqui: O Primeiro Presidente interino, Presidente de Secção (assignado) Spanio. Visto nesta Regia Legação Bom pela legalisacão da assi-

gnatura retro. Rio de Janeiro  
 ro, 23 de Março de 1898. O  
 R.<sup>o</sup> Ministro da Itália  
 (assignado) P. Antonelli.  
 (Sello da R.<sup>o</sup> Legação da  
 Itália no Rio de Janeiro)  
 (Estas colladas duas estam-  
 pilhas pelo valor de seiscentos  
 reis inutilizadas na Rece-  
 bedoria da Capital Federal  
 em 24 de Março de 1898)  
 — (Transcrição) —  
 Reconheço verdadeira a fir-  
 ma do Sen.<sup>o</sup> Conde P. Antonelli,  
 Ministro da Itália no Brasil.  
 Rio de Janeiro 24 de Março de  
 1898. Pelo Director Geral (as-  
 signado sobre quatro estam-  
 pilhas pelo valor total de  
 quinhentosecincuenta reis)  
 L. P. da S.<sup>o</sup> Rosa. (Esta 'o  
 sello da Secretaria d' Estado  
 das Relações Exteriores). —



of. 22. Chancellaria do Tribunal  
de Vicência.

Em nome de Sua Magestade  
Umberto 1.º pela graça de Deus  
e por vontade da escação, Rei  
da Italia - O R.º Tribunal  
Civil e Penal de Vicência  
composto pelos Senhores juí-  
zes Volpi Edoardo, funcio-  
nando de Presidente, Damian  
Cav.º Luiz e Dall'Ogliò Fi-  
orgio pronunciam a seguinte:

Sentença - Na causa civil  
e summaria movida com cita-  
ção 19 de Julho 1894. N.º 703  
Official de Justiça Pottani e  
inscripta no rol aquo a' N.º 906.  
margem ao N.º 321 em 1 de Rej. N.º 179.  
Agosto de 1894 por Juar da  
Giuseppe do firado Domenico,  
Auctor, admittido ao patrocí-  
nio gratuito com Decreto de  
14 de Outubro de 1891. N.º 244  
da Commissão local e electi-  
vamente domiciliado no

escriptorio de seu procurador  
officioso Advogado Michele  
Peroni de Vicencia

Contra

Padre Antonio do finado  
Leopoldo de Sandrigo com o pro-  
curador e seu domiciliatario Adv.  
Volebele Doutor Vibulino tam-  
bem de Vicencia - Réo - sobre  
pagamento de Liras 300 -

Quida na publica audien-  
cia de 3 de Dezembro 1894 a  
discussão da causa e na qual  
discutiram -

O Procurador do Actor Apra-  
za ao Tribunal rejeitando qual-  
quer requerimento em contrario  
e excepção julgar -

Que o Réo deve pagar ao  
Auctor italianas Liras tre-  
centas por erro occorrido no mo-  
mento em que interveiu ao  
resgate de que falla o Instru-  
mento 5 de Outubro 1889. N<sup>o</sup> 9898  
em notas do Tabellião Giuriolo



D. Natale e isto com os juros da mora. — — — — —

Que o mesmo Réo deve reembolsar as custas da causa pertencentes na forma da lei ao procurador officioso, além das custas previamente debitadas e devidas ao Estado. O Procurador do Réo a fim que seja julgado:

I. Rejeitarem-se todos os pedidos formulados na citação de 22 de Janeiro 1892. Official de Justiça Donati, e com a reanun. ptiva 19 Julho 1894. Official de Justiça Bottani:

II. Condemnar o Auctor Guarda Giuseppe no resarcimento de todas as custas do julgamento e consequentes. — — — — —

Em via subordinada

Admittir a prova testemunhal sobre as seguintes circumstancias: Verdade que o Senhor Antonio Cadore e sua familia sob a impressão de graves

ameaças de morte e de incendio  
repetidamente feitas a elle  
por Guarda Giuseppe e seus fi-  
lhos em novembro de 1889 na  
ocasião do resgate de um pre-  
dio em Zermeghedo já por elles  
vendido ao mesmo, por diferen-  
sas differença de calculo, viviam  
em continuas angustias e timores.  
Verdade que o Senhor Antonio  
Cadore por longo tempo não  
saliu de casa senão acompa-  
nhado por uma pessoa de sua  
confiança e armado, pelo medo  
que os Guarda levassem a ef-  
feito as ameaças que lhe tinham  
feito, não intendendo elle cum-  
prir a promessa que lhe fora  
extorquida de uma compensa-  
ção de £ 300. —

Verdade que Cadore recorreu  
muitas vezes a' intervençã dos  
R. Carabineiros, que os mandou  
vir tambem a' sua casa, em-  
quanto um dos Guarda rodeava



em attitude hostil os arredores,  
e que em seguida precisamente  
pela intromissão do Brigadeiro,  
embora sustentasse nada dever,  
entregou a guarda Liras 50,  
em satisfação de qualquer pre-  
tensão; com o que este declarou  
achar-se salgado. —

Vistos os autos e documen-  
tos da causa —

Admittendo no Facto — que  
por instrumento 3 de junho  
1884. N.º 8375 em notas do Tabel-  
ião D.º Cenato/ devidamente  
registrado em Vicencia aos 9  
de dito mez e anno supra  
aos nr.ºs 7089-34) o Auctor guar-  
da Giuseppe do finado Dome-  
nico vendia a Caldore Antonio  
alguns predios em Montebello  
Vicentino pelo preço de Li-  
ras 7030:88, que por conta do  
preço eram delegadas ao acqui-  
rente tres annuidades do foro  
por L. 2042 inscriptas sobre

o predito e precisamente; a primeira devida a' Fabrica de Agregliana de annuas liras 57.14, correspondentes ao Capital de £ 1158.76; a segunda de annuas liras 40 devidas a Antonio Friziro de Vicencia e correspondentes ao Capital de £ 666.87; a terceira de annuas Lira 13 devidas ao dito Friziro e correspondentes ao Capital de Liras 216.64; pelo restante, como Cadore dizia-se credor de guarda por outras duas Capitales pela quantia complexiva de Liras 4000, dependentes dos Instrumentos 28 Outubro 1882. N.º 7210, e 16 de Dezembro do mesmo anno, N.º 7992 do Tabellian Ceccato, bem como por Lettras e accessorios, assim guarda declarava-se satisfeito e deixava-lhe o pleno saldo do respectivo contractual; mas que com o Art.º 3.





De dito Instrumento Guar-  
da reservava-se o direito de  
resgate, no prazo de cin-  
co annos e mediante reem-  
bolso do Capital e accessorios  
de conformidade com a dis-  
posição do Art.º 1528. Cod. Civ.  
que esse resgate, mediante o  
Instrumento 5 de Outubro  
1889. n.º 98-98 em notas do Ca-  
bellião D. Natale fiunolo  
foi exercido por Alessandra  
Festagato mulher de Guar-  
da, a qual readquiriu os pre-  
dios já vendidos a Cadore com  
o dito Instrumento pelo pre-  
ço de Liras 3000; das quaes  
Liras 1158:56 foram delegadas  
a pagar a Fabrica da Igreja  
de S. Nicolò de Agugliana  
pelo dito foro, e L 5841:24,  
servissem para pagar ao Me-  
diador a vista do Cabellião  
rogado, das partes e das teste-  
munhas; pelo que passava-se

a compradora recibo e quitação do preço; que ha quasi tres annos, guarda, tendo obtido o beneficio das pobres, com a citação summaria 22 de Janeiro 1892. N.º 5. Off. ficial de Justia. Donati de Sandrogo, levou a juizo a Antonio Cadore, a fim que com elle acareado fosse julgada a simulação do Instrumento 5 Junho 1884. N.º 8335, em notas do Tabelião Lecca. do; e em via subordinada a obrigação do Réo de restituir a quantia de £ 1444.14, e em via subordinadissima a obrigação de restituir £ 300, trezentas por ter-se dado erro. na liquidação de contas; que o Réo no seu comparecimento conclusional, expoz o calculo, sobre cuja base se tinha-se primeiro effectuada a estipulação de



Dito Instrumento 5 junho 1884 em notas Leccato, depois a estipulação do outro Instrumento 5 Outubro 1889 n.º 98.98, em notas Jiuriolo, mediante o qual o predio compravendido com o primeiro dos mesmos, vinha recuperada e liquidada toda relação de interesses entre as partes; que o Auctor então propoz em conclusional um interrogatorio que tinha de ser deferido ao Réo e dirigido para estabelecer o deduzido erro de calculo e o reconhecimento, por sua parte, da divida pela quantia supra especificada; Que o Réo não oppoz essa prova, e o Tribunal com Sentença 15 Setembro 1892, julgando demasiado summario o calculo exposto pelo Réo em sua conclusão, deu lu:

para ella; que previas as notificações da lei; aquella prova foi exaurida com termo de 8 de Marco 1893; que necessariamente guarda, com citação 6 de Setembro 1893. Off. de justiça Chirrefes reanuncia a causa a fim que fosse admittida a testemunhal sobre as mesmas circumstancias já deduzidas para ser provada mediante interrogatorio. Nesta causa, o Réo não se importou para comparecer e este Collegio com sentença 24 de Fevereiro 1894. N.º 48 dava lugar tambem a prova por testemunhas, a qual foi tambem experimentada, conforme os termos 27 de Junho e 18 de Julho 1894. Que em consequencia d'isto, guarda com citação 19 de Julho 1894 N.º 503. Off. de justiça



Pottani, levou de novo o Reo a juizo para a decisao definitiva da causa, ao cuidado do mesmo Auctor depois inseri-  
pta no rol. Que o Auctor para justificar a accao promovida affirmou que todas as operacoes entre elle e Ca. dove passadas eram o fructo de uma collusao, em forza da qual este sendo credor de Liras 2000 e de outras Liras 400 em dependencia dos interesses dos do-  
us Instrumentos Ceccato feria feito subir a cifra de seus creditos a Liras 3000.;  
Que com o Instrumento 5 Junho 1884. n.º 8375, Ca. re nao fez senao um Mutuo usurario, ao qual deu-se a apparencia de uma compra-venda, emquanto deixava-se a elle guarda vendedor o gozo das cousas que diziam-se compra-vendidas e das

quaes concordava-se até o resgate. Que quando se seguir-se o mesmo resgate foram calculadas á familia Guarda todas as Liras 2000, de que nos Instrumentos Ceuato, bem como Liras 1841.24, a titulo de juros de um biennio e outros accessorias pagas pelos Devedores com lenha e generos.

Que em consequencia das queixas que os Guarda levantaram a respeito, Cadore reconhecendo em parte o erro de calculo, occorrido como elle dizia, na presenca de varias pessoas que interpuzeram-se para examinar a cousa e metter a paz entre os contendores, declarou-se Devedor á Guarda por Liras Trezentas que pagaria quanto antes, mas que depois não quis mais desembolsar. E d'ahi a presente causa promovida com a Cita-



ção vintedous de Janeiro 1859,  
Official de Justiça Donadi, com  
a qual precisamente pedia-se  
que fosse declarada a simu-  
lação do Instrumento 5 ju-  
nho 1884. n.º 8355 em notas do  
Tabellião Ceccato, ou ao me-  
nos fosse ordenada a reversão  
das Liras 1411.14 cobradas mas  
não pagas por Cadore em  
seguida á liquidação ocorrida;  
ou finalmente em via mais  
subordinada, das Liras 300,  
provenientes do calculo erra-  
do, como Cadore affirmou, e  
das quaes ter-se-hia confesso  
devedor. Convem finalmen-  
te advertir que durante a  
instructoria da demanda, guar-  
da, conforme declara, ponde  
intender-se com Cadore a  
respeito das primeiras de-  
mandas, não porem relati-  
vamente á ultima das Liras  
trezentas da qual invoca.

uma decisão. — Discreto —  
Atendendo em ordem que com  
a citação 22 janeiro 1893 o Au-  
tor Guarda intentou experimen-  
tar em juízo demanda de nul-  
lidade por simulação do Instru-  
mento 5 junho 1884. N.º 8355  
em notas Ceuato relativo a  
compra-venda de alguns pre-  
dios em Montebello Vicentino  
pelo preço de Liras 7030.88;  
ou pelo menos para reversas  
de Liras 1441.14, cobradas, mas  
não pagas pelo Sr. Cadore  
depois da liquidação ocorrida,  
e finalmente em via mais  
subordinada, para restitui-  
ção da quantia de Liras 300.  
provenientes de cálculo errado.  
Para esse fim elle devia ne-  
cessariamente adir o Tribu-  
nal em virtude do Artigo 84.  
N.º 1. Cod. Proc. Civ. E se em  
seguida sentia a obrigação de  
restituir o primitivo preço





ao de Liras trezentas não ficava abalada por isto a competência do Collegio adito já arraigada no texto do Art.º 72 do Processo Civil ora indicado. Aliás os inconvenientes de um contrario systema são demasado palmares para que seja preciso salientat-os aqui: — — —

Attendendo nem mesmo poderia dizer-se hoje mudada pelo Auctor a razão de pedir convertendo aquella inherente a uma acção reogatória de contracto por simulação em uma restituição de indebito pago pela quantia de Liras 300, porquanto, se se tiver mais em conta a substancia do que a apparencia das cousas, facilmente se comprehenderá como o Auctor manteve sempre a unicidade da obrigação do Réo; e aquella tambem da quantia pretendida

não pôde dizer-se que tenha sido illicitamente mudada se já tinha sido pedida com o primeiro acto introductivo do presente juizo ainda que seja absolutamente subordinado. —

Attendendo que bem considerado o complexo das conclusões do Auctor chega-se a' presumpção de que elle para demonstrar o proprio arguimento quer tirar partido das provas experimentadas. —

Com relação áquella per testemunhas o Reo opõe que são nulas e sem valor os depoimentos das testemunhas tomados em vista da disposição do Art.º 1341 Cod. Civ. Quer que a prova não fosse admissivel por tratar-se de factos resultantes de Autos escriptos e mais especialmente do Juiz

Instrumento 5 Outubro 1889 em nota fiucioso; por em sem razão, porquanto a causa presente primeiro teve por objecto uma acção por nulidade de contracto dependente de simulação.

Uma vez que apparecia-se pelo Auctor que como o Instrumento cinco Junho 1884. N.º 8375 do Tabelião Ceccato tinha-se entendido entre elles contendores de occultar um mutuo usurario e não de estipular um contracto de compra-venta; tanto e verdade que os bens apparentemente vendidos nunca tinham salido da posse d'elle alienador, era tambem necessario de fazer emergir a verdadeira indole e natureza do Instrumento estipulado, a intenção, a vontade das partes contractantes que tiveram no momen:

to da sua ereccão. E não ha  
mais duvidar que tal accão se-  
ja admissivel mesmo contra  
um documento publico, porque  
a jurisprudencia que preva-  
leece admittê que quem decla-  
ra ser simulado o acto não in-  
valida a fe do tabellião; mas  
diz sômente que quando ap-  
parece declarado pelas partes  
intrinsecamente não é verda-  
deiro, e pede que postas de  
lado as apparencias, o contra-  
cto impugnado seja aprecia-  
do conforme a verdade em  
base do celeberrimo prin-  
cipio; plus valere quod agitur,  
quam quod simulate concipitur.

Para esse fim prestaram-  
se as provas admittidas e em-  
nada incompativeis entre si;  
porquanto, assim como a  
lei não prohibe uma dupla  
prova como aquella de inter-  
rogatorio e de testemunhas

sobre os mesmos factos, assim reconhece ao Deduzente o direito de premunir-se contra qualquer eventualidade, a saber aquella de uma ou outra das mesmas possa fallar-lhe, digo possa fallar-lhe. Veir isto quer dizer que assim fazendo e' violada a disposiçã do Art.º 1123 Código Civil, porquanto esta disposiçã estatuinto que os contractos legalmente formados dão força de lei para aquelles que os fizeram, manifestamente autoriza os mesmos contractantes a desoubrecel-os todas as vezes que forem carecedores de vinculos juridicos, cujo fundamento principal consiste exactamente no consenso que, digo sem o qual não pôde existir convenção de qualquer natureza. — Acresce que na especie dos

factos concorreria aquelle princi-  
pio de prova por escripto que  
sustenta a admissao da teste-  
munhal. conforme o Art.º 1347  
do Cod. Civ. De facto o Reo  
nao desconheceu minima-  
mente que teve de deixar  
apposita contra declaracao,  
como pode affirmar o  
Auctor na conclusao. Alem  
d'isto elle mesmo reconhe-  
ceu no seu ultimo compa-  
recimento que depois de  
assignado o instrumento de  
recuperacao dos predios que  
diziam-se compravendidos  
com o Instrumento 5 Ju-  
nho 1884. n.º 8335. Tabeleio  
Ceccato teriam sido continua-  
das as relações de debito e  
credito entre elle Cadore  
e Guarda Auctor. O que  
implica por si uma conven-  
cao posterior, a qual nada  
tem que fazer nem que ver



com os contractos precedentes, embora possa dizer-se um appendice dos mesmos. E hoje é precisamente d'este ultimo que o Collegio é chamado a tomar conhecimento e a decidir.

De dupla fonte portanto tinha o Auctor aquelle principio de provas por escripto que tornava verosimil alem do necessario, quanto elle queria provar pelos meios supra indicados, e que fazia dependente de excepção a regra sancionada pelo Art.º 1347 do Codigo Civil.

Por consequente era admissivel pela letra e pela disposição do citado Art.º 1347. Cod. Civ. a tertiumhal em exame em experimento dos effectos da demonstração assumida pelo deduzente. Em todo caso hoje trata-se, como foi dito

supra de conhecer e de julgar a convenção occorrida posteriormente aos contractos supra citados e com a qual teriam sido combinadas entre as partes contratantes as relações de debito e credito. —

Em merito a qual observa-se que o proprio Deo não podendo negar a promessa affirmada pelas testemunhas Costaman e feita ao Auditor de pagar a quantia de £ 300 para definir qualquer differença entre si, e com a qual se teria indevidamente completado no dizer de seu adversario e das testemunhas, sustenta porém que a sua obrigação carece absolutamente de cautelas e é invalida por ter-lhe sido extorquida com a violencia e que não foi feita por si nem livremente nem seriamente.





Somente instado por graves ameaças, disse elle, e a' mãe armada por Guarda pae e pelos filhos, ameaças de morte e de incendio, e tendo-se interposto um tal Angelo Rancan, constrangido por serio temor e induzido tambem por minha mãe que tambem estava atterrada que os Guarda levassem a effeito as suas ameaças, prometti que pagaria as Liras 300 trezentas, e até para acabar de uma vez com as arbitrariedades de Guarda paguei Lira 50 cincoenta por consellio tambem do Brigadeiro dos Carabineiros em mão de outro dos filhos de Guarda, com a qual importancia elles declararam-se satisfeitos de qualquer pretensão contra mim, pretensão que era

de todo injusta, porque nada em lhes devia, repetindo que se paguei as £ 50, foi-o para ter a minha tranquillidade e para evitar desgraças.

Em prova da violencia que lhe foi feita e da verdade das circumstancias relatadas no interrogatorio juntou duas cartas em data de 25 e de 29 de novembro 1889, uma de Giuseppe Sette, outro do proprio filho Leopoldo, aos quaes documentos requer poder juntar as provas por testemunhas, das quaes as conclusões subordinadas, por cuja admissão insiste.

Estas porem, não podem ser admitidas hoje, proibindo-o claramente a taxativa disposiçã do Artigo 229 Cod. Proc. Civ. Com effeito está estatuido que quando a prova contraria versa sobre



factos novos, estes devem ser de-  
duzidos no prazo de quinze dias  
a contar d'aquelle em que a  
sentença que admittiu a prova  
na se tornaria executiva de  
conformidade com o Art.<sup>o</sup>  
232 do mesmo Processo. - No  
caso concreto o julgado que  
deu lugar a testemunhal foi  
notificado a Cadore no dia  
primeiro de Abril de 1894; e  
a nova prova da parte do ad-  
versario foi proposta no dia  
tres de Dezembro ultimo fin-  
do, a saber ja desde muito ti-  
nha decorrido o prazo supra  
indicado. - Las cartas exhibidas  
nenhuma prova podem fazer  
n'esta especie de factos porque  
nao foram escriptas pelo Au-  
ctor o por alguém de seus pa-  
rentes, senao uma por um  
filho e outra por um amigo  
ou conhecido do Reo mesmo -  
Portanto em quanto deixam

uma tal qual suspeita de terem sido escriptas adrede, não são factos de engendrar no espirito do leitor o fundado temor de que o mal que pretende-se ter sido ameaçado por guarda não somente fosse real, mas tão grave e imminente que o réo não pudesse invocar a assistência da força publica e da justiça penal para arredal-o. Antes ha maior numero de circumstancias para excluir a pretensa extorsão, a saber que o ladro não apresente queixa contra guarda, que as testemunhas ouvidas e introduzidas pelo Auctor em suffragio da accão por elle movida nem mesmo foram averbadas de suspeitas, e que o proprio réo, espontaneamente confiou ter pago a guarda em satisfação de qualquer



pretensão d'este liras cincoenta por conselho do Brigadeiro dos Carabineiros reaes da sua terra. Ora e' certo que se este inferior tivesse tido o conhecimento e a sciencia de ser injusta e sem direito a violencia que se diz ter sido praticada por guarda, elle como agente da forza publica instituida para salvaguardar a segurancia pessoal dos cidadãos e dos haveres d'elles, não o teria deixado sem repressão.

Em contrario o facto de ter elle induzido o Reo a pagar ao Auctor as liras cincoenta prova que effectivamente tinha a convicção que com o Instrumento 5 Junho 1884. n.º 8375, o primeiro tinha feito ao segundo um mutuo usurario com a costumada forma de aluguel do resgate, ao qual deu-se a apparencia de uma

compra-venda e que em tal modo ter-se-ia avantajado se não da quantia de Liras trrentas como teria declarado a testemunha Costaman, ao menos das cincoenta liras que aconselhou de pagar ao Auctor para Definir qual-quer differença existente entre os contendores. - Neste estado de cousas para convalidar melhor a accão movida por Juarca que não de todo destituida de prova, nem plenamente provada, o Tribunal julga dever-se deferir ao Auctor o juramento suppletorio que segue. — — —

Por estes motivos. Vistos os Art.º 1374. 1375 Cod. Civ. e 222 e 370 Cod. Proc. Civ. Suspendendo o juizo sobre o merito da causa — — —

Ordena ao Auctor Juarca Giuseppe de jurar em sup-



plemento de prova a verdade das proprias asserções, a saber. Juro e jurando affirmo que depois do resgate do predio em Lermeghedo de que o Instrumento 5 Outubro 1889. N.º 98.98 em notas do Tabelião Juvriolo. dizia-se compra-vendido com Instrumento 5 Junho 1884. N.º 8375, Tabelião Cacato, por interposiçãõ de Angelo Rucan e de Costaman Antonio, foram mudadas as relações de debito e credito entre mim guarda Giuseppe e Cadore Antonio, depois de que este para definir qualquer differença, obrigou-se e prometeu pagar-me Liras trezentas, que depois não quiz mais desembolsar nem mesmo em parte.

Ordena o comparecimento da parte perante o Senhor Presidente para estabelecer a au-

diência em que devera ser  
prestado o juramento.

Vicencia 21 de Janeiro 1895.  
Assignados: Volpi Estens. Da-  
min Dall'oglio, Carminati.

Publicada na audiência  
de hoje 2 de Fevereiro de 1895  
na forma do Art. 266 Cod  
Pr. Civ. Carminati Escr. Int.

Copia conforme ao original  
e outorga-se em papel sim-  
ples a favor de Guarda Jui-  
seppe por ter sido admittido  
ao gratuito Patrocinio com  
Decreto 14 Outubro 1891 n.º  
244 da Commissão local.

Vicencia, da Chancellaria  
do R.º Tribunal C. e P. aos  
9 dias de Fevereiro de 1895.

O Escrivaõ (assignado) Roseglio.  
(Sello da Tribunal de Vicencia)

Vicencia 28 de Fevereiro 1895  
A pedido de guarda Jui-  
seppe com o Procurador e domi-  
ciliatario como na epigrapha.





Eu abaixo assignado Official de  
Justiça addido ao R. Tribunal  
Civ. e Pen. de Vicencia, notifi-  
quei copia authentica da sen-  
tença supra transcripta a  
Cadore Antonio, entregan-  
do-a no domicilio eleito em  
Vicencia, nas mãos do Sen.  
Aduz. Vibulano Valebele  
Bottani Andrea official de  
justiça.

Visto nesta Regia Legação  
Bom pela legalização da as-  
signatura supra. Rio de  
Janeiro, 23 Marco 1898.

O R. Ministro da Italia  
(assignado) P. Antonelli  
(L. S.) De officio.

(Estão coladas quatro es-  
tampilhas pelo valor de dois  
mille quatrocentos seis inuti-  
lizadas na Recebedoria da Cap-  
ital Federal em 24 de Marco  
de 1898 e mais duas estam-  
pilhas pelo valor de trezentos

reis inutilizadas como segue):  
 Rio, 24 de Março de 1898. 1.<sup>o</sup> Rosa.  
 Reconheço verdadeira a assi-  
 gnatura do Sr. Conde Antio-  
 nelli Ministro da Itália no  
 Brasil. Rio de Janeiro, 24  
 de Março de 1898. Pelo Di-  
 rector. Geral (assignado sobre  
 quatro estampilhas pelo  
 valor total de quinhentos e  
 cinquenta reis) S. P. da  
 1.<sup>o</sup> Rosa. (Sello da Secre-  
 taria d'Estado das Relações  
 Exteriores). —————

N.<sup>o</sup> 1324 rol. — 1 Maio 1896.  
 Em nome de Sua Magestade  
 de Umberto Primeiro, pela  
 graça de Deus e por vontade  
 de da Nação Rei da Itália.  
 A. O. Corte de Appellação  
 de Veneza, Secção II pro-  
 miscua constituída pelos  
 Illustrissimos Senhores  
 Adami Cav. Luigi Pre-



sidente

Munari Cav. Ferdinando

Conselheiro

Purchetti Cav. Carlo id.

Fedorzi " Carlo id

Setti " Augusto id

pronuncia a seguinte

Sentença.

Na causa civil summa-  
ria movida em grão de  
appellacão com a cita-  
ção 26 de Abril 1895. nr.  
428. rep. Official de Justiça  
Chilense junto do Tribu-  
nal de Vicencia

por  
Cadore Antonio do fi-  
nado Leopoldo de Lupia  
de Sandrigo representa-  
do pelo Advogado de Vicen-  
cia Vibulano D. Uolebele  
eleitivamente domicilia-  
do em Venera no escripto-  
rio do Advogado Carlo Vit-  
torelli, Rio em primeiro

gráo, actualmente ap-  
pellante

contra

Guarda Giuseppe do fi-  
nado Domenico de Mon-  
tebello Vicentino admit-  
tido ao Patrocínio gratui-  
to dos pobres com Decreto  
14 de Outubro 1891. n.º 245  
da Communhão junto do  
R.º Tribunal de Vicencia  
e representado pelo procu-  
rador officioso Cav. Miche-  
le Perani domiciliado em  
Veneza junto de seu col-  
lega Adv.º Piana, Au-  
ctor no primeiro gráo,  
appellado

sobre

reforma da sentença  
21 Janeiro 1895. n.º 22 do  
R.º Tribunal Civil e pe-  
nal de Vicencia

Ouida a relação da  
causa feita na publica

audiência de 14 de Abril corrente pelo Advog.<sup>o</sup> Uolebele e as razões de direito desenvolvidas pelos patronos das partes, as quaes tomaram as seguintes

### Conclusões.

O procurador do appellante te concluir:

que reformando totalmente a Sentença 21 Janeiro 1895 N.º 22 do R. Tribunal Civ. e penal de Vicencia, salvo deferimento do juramento de officio em via suppletoria ao appellante

Apraza a Esta Excelentissima Corte

### Julgar

I. Rejeitar os pedidos todos formulados na citação 22 de Janeiro 1892 official de Justica Donati e na reassignumptiva 19 de Julho 1894

Official de Justicia Bottani  
 II Condemnar o Auctor  
 Guarda Giuseppe ao re-  
 sarcimento de todas as cus-  
 tas do juizo e consequentes  
 Em via subordinada: Ad-  
 mittira prova por teste-  
 munhas sobre as seguin-  
 tes

### Circumstancias

Provara' que o Senhor  
 Antonio Cadore e sua  
 familia sob a pressao de  
 graves ameacas de mor-  
 te e de incendio repetida-  
 mente a elles feitas por  
 Guarda Giuseppe e filhos  
 em novembro 1889 na oc-  
 casiao do resgate de um  
 predio em Lermeghedo ja  
 por elles vendido aquelle  
 por pretensa differença  
 de calculo, viviam em con-  
 stimas angustias e temores.  
 Provara' que o Sen. An.

Tonio Cadore por muito tempo não sahir de casa sendo acompanhado por uma pessoa de sua confiança e armado, de medo que os guarda levassem a effecto as ameaças que lhe tinham feito: não intendingo elle cumprir a promessa que lhe fôra extorquida de uma compensação de liras 300. —

Provará que Cadore recorreu a' intervenção dos R. Carabineiros, que tambem os mandou vir em sua casa, emquanto um dos guarda rodeava em attitude sinistra os arredores, e que em seguida exactamente por intermissão do Brigadeiro, embora sustentasse nada dever dar, entregou a guarda £ 50. em satisfação de qual:

quer pretensão, com tanto  
que este declarasse ter si-  
do salgado.

O Procurador da parte  
appellada

Concluiu

Rejeitando qualquer in-  
stancia em contrario ou  
excepção, apraza a Corte  
Excellentissima confirmar  
a Sentença 21 de Janeiro  
1895. N.º 22 do R. Tribunal  
de Vicencia com a condem-  
nação do appellante nas  
custas da Demanda Devi-  
das ao procurador officioso  
e ao R. Estado.

Vistos e examinados os  
autos e documentos da causa,  
a Corte julgou no facto  
e considerou no direito as-  
sim como segue.

No Facto

Com instrumento 5 Junho  
1884 em notas Ceccato, Guar.



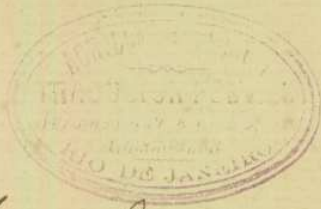


Da vendia a Cadore com  
condicao de resgate alguns  
predios em Monte Belo pe-  
lo preco de L. 7030:88.

Por conta do preco delega-  
va ao adquirente umas pas-  
sividades inscriptas sobre  
o predio compra-vendido por  
L. 2042:07, e pelo restante  
este declarava-se satisfeito  
do seu credito de L. 4000.  
de que os instrumentos  
28 Outubro e 10 Dezembro  
1882, notas Leccato, dos juros  
relativos em L. 92:78, de  
uma lettra da qual nao se  
indicava a data nem a  
causal por L. 400 e de ou-  
tras L. 496 que guarda  
declarava ter recebido a  
titulo de despesas do dito  
instrumento e cancellamen-  
to das hypothecas que gra-  
vavam os predios compra-  
vendidos. Por em no encer-

ramento do acto Cadore  
 declarava abster-se scien-  
 tificado de outra Divida  
 de £ 400 gravante algum  
 dos predios vendidos, di-  
 vida que guarda promet-  
 tia extinguir com meios  
 proprios dentro de dois  
 meses ou na occasião / são  
 palavras textuaes do in-  
 strumento / em que fi-  
 car definida qualquer  
 liquidacão de contas.

Com outro instrumen-  
 to de 5 Outubro 1889, Cabellati  
 Giuriolo, guarda eu pa-  
 ra melhor dizer, sua mu-  
 lher Alessandra Festuga-  
 to readquiriu os predios  
 já vendidos a Cadore pe-  
 lo preço de £ 7000:00 as-  
 sumindo as passividades  
 todavia existentes para com  
 a Igreja de S. Violo de  
 Arigliano de £ 1158:96 e



Desembolsando ao vendedor  
no acto do contracto as  
restantes Liras 5841:24. —

As cousas estavam assim  
quando em 1892 guarda,  
tendo obtido o Patronio  
gratuito insurgia com a  
citação 22 de Janeiro do dito  
anno, official de justiça do  
nati com a qual levava a  
juizo Cadore pedindo que  
acareado com sizo fosse jul-  
gada a simulação do In-  
strumento 5 de Junho 1884.  
Cabeleias Ceccato contendo  
a seu dizer um mutuo an-  
tes que uma venda, e em  
via subordinada, Cadore foi-  
se obrigado a restituir a  
quantia percebida a mais,  
de L 1411:14 e em via subor-  
dinadissima a restituir Li-  
ras 300 por ter-se dado er-  
ronea liquidacao de contas.  
Porem no seu compare-

cimento conclusional. Juar-  
da retrocedeu tanto do pe-  
didó principal quanto do  
subordenado, e limitou a  
sua accão á conclusão sub-  
ordenadíssima, da rever-  
são das Liras 300, deduzin-  
do para isto um interroga-  
torio a Cadore tendente  
a estabelecer o allegado er-  
ro de calculo e o reconhe-  
cimento da dívida por dita  
quantia da parte d'elle.

Esse interrogatorio foi ad-  
mittido pelo Tribunal com  
Sentença 15 Setembro 1892,  
e Cadore respondendo no  
Termo 8 de Marco 1893 de-  
clarou que era verdade que  
tinha promettido a Juar-  
da as Liras 300, mas que  
a promessa tinha-lhe sido  
extorquida pelas violencias  
de Juarda e das filhas del-  
le, e que até, para acabar



Tambem por consellio do Brigadeiro dos R. Carabineiros entregou liras 50 a outro dos filhos de guarda, com o que este declarou-se satisffeito de qualquer pretensão.

Em vista do resultado de tal interrogatorio guarda reanunui a causa com a citacao 6 Setembro 1893, official de Justica Chilense a fim que fosse admittida a prova por meio de testemunhas sobre as mesmas circunstancias deduzidas no interrogatorio, e a prova foi admittida com a Sentença 24 Fevereiro 1894 e tambem expletada em consequencia de passar em julgado a dita sentença, por meio das tres testemunhas Costaman Luigi e Antonio e do Tabelliao

juízo como se vê dos termos 27 Junho e 18 Julho 1894, de aya resultancia a fim de evitar repetições dir-se-ha na parte do Direito.

Finalmente guarda com citação 19 Julho 1894 levou novamente a juizo. Cade-re pela definitiva Decisão da causa, e n'este estado Lavore intendendo dar a prova da violencia e das ameaças com que lhe teria sido extorquida a promessa das Liras 300, apresenta em causa duas cartas em datas 27 e 29 Novembro 1889, uma de um amigo, outra do proprio filho Leopoldo, com as quaes se lhe aconselha de preminir-se contra possíveis prepotencias de guarda e dos filhos e se o excita para conjurar desgraças a des-

embolsar as Liras 300, e  
propor tambem uma prova  
testemunhal sobre as mes-  
mas circumstancias que de-  
durin tambem n'esta sede  
e que são reportadas em  
epigraphie para estabelecer  
que se prometteram as £ 300,  
a promessa lhe foi extorquida  
com as ameaças de morte e  
de incendio que lhe fizera  
Guarda e os filhas d'elle.

Mas o Tribunal exer-  
gando na prova dedurida, uma  
controprova por factos novos  
que portanto não tinha  
sido proposta a tempo na  
forma do Art. 229 Cod. Proc. Civ.  
e colhendo que das resultan-  
cias da inquirição das teste-  
munhas dedurida por Guar-  
da emergia aquelle prin-  
cipio de prova que autori-  
za o deferimento do jura-  
mento de officio, deferia

ao mesmo Guarda tal juramento pela formula seguinte.

Juro e jurando affirmo que depois do resgate do predio em Zermengo de que no instrumento 5 de Outubro 1889, n.º 98.98 do Tabellião Juvriolo compra-veuido com o instrumento 5 Junho 1889 n.º 8375 do Tabellião Ceccato, pela interposiçao de Angelo Raman e de Costaman Antonio foram mudadas as relações de debito e credito entre mim Guarda Giuseppe e Cadore Antonio, em seguida a que este para definição de qualquer differença obrigou-se e prometteu pagar Liras 300, que depois não quiz mais desembolsar nem mesmo em parte.



Foi d'esta Sentença que Cadore appellou para obter reformat-a no sentido das conclusões por elle tomadas e reportadas em epigrapha.

O appellado guarda pelo contrario pediu a sua plena confirmação.

### No Direito

O appellante impugna antes que tudo a incompetencia pelo valor, do Tribunal adito, porque tendo guarda retrocedido do pedido principal de nullidade por simulação da venda de que no instrumento 5 Junho 1884, Cabellias Ceccato e daquelle subordinado pela restituição da quantia recebida a mais, de L. 1411.14, o pedido subordinadissimo por elle mantido para o pagamento de L. 300 Tornava

a entrar na competência do Pretor por não ter nenhuma relação de dependência com os primeiros, e procedia a causal totalmente diversa. Mas este argumento do appellante funda-se sobre um erro de facto e não tem portanto nenhuma consistência jurídica.

Com effeito não é verdade que o pedido de pagamento de L. 300 seja independente da principal e reconheça uma causal diversa, em quanto tanto um como outro referem-se ao contracto supra mencionado 5 Junho 1884, notas Ceccato, que com o primeiro se quiz impugnato de nullidade e com o secundo redursit o aquelle menor preço de venda que corresponde a'

Diferença de £ 300.

O proprio theor do contra-  
cto no seu remate, onde  
se faz referencia a' extin-  
cção de outra divida de Li-  
ras 400 assumida por Guar-  
da, diz expressamente que  
Guarda devera' responder  
por ella na occasião em que  
sera' definida qualquer li-  
quidação de contas; logo em  
consequencia d'aquelle con-  
tracto ficava ainda penden-  
te uma liquidação de con-  
tas; as partidas não esta-  
vam ainda definitivamente  
fechadas, e Guarda podia  
muito bem tirar do contra-  
cto um titulo para exer-  
cer a acção de pagamento  
que está em contenda.

Ora como a competen-  
cia por valor e' determi-  
nada pelo pedido, e não  
se contesta senão o pedi-

do principal por nullidade do contracto, era da competência do Tribunal, assim ainda que Juarda tenha retrocedido em certos de causa, o pedido subordinado pelo pagamento de £ 300, que é dependente d'aquelle e accessorio, segue a sorte do principal e torna a entrar na competência do Tribunal adito.

Diz tambem o appellante que a prova testemunhal produzida por Juarda foi admittida pelo Tribunal, não era admissivel e ainda que experimentada era nulla, porque deduzida perante uma autoridade incompetente e contra o acto escripto deperando o Art.º 1341 Cod. Civ.

Estas excepções teem já a sua confutação nas premissas

considerações d'esta Corte acolá onde se tem demonstrado que o Tribunal foi competentemente adito e que o contracto deixava tambem lugar a ser revisado e discutido relativamente ao pagamento do preço, emquanto deixava-se em pendência a definitiva liquidação.

De outro lado, como fuzda deriva o seu direito ao reembolso das £ 300 de um erro material de calculo, a accção relativa seria sempre experimentavel contra qualquer convenção. Mas aquillo que elimina qualquer questáo, e não permite que não se desça mais sobre a admissibilidade da prova testemunal e a cousa julgada, porquanto o appellante acquiesceu á Sentença do Tribunal que

admittiu aquella prova, e é  
bem sabido que a coisa julgada  
facit de albo nigrum e tor-  
na legitimo tambem aquilo  
lo que não o é.

O appellante queira-se  
entrosim de que o Tribu-  
nal não tenha dado lugar á  
prova que elle por sua vez  
propoz na ultima reassum-  
pção da causa a fim de de-  
monstrar que a promessa  
que elle fizera a Juarda das  
L 300 tinha-lhe sido extor-  
quida pela violencia. Mas  
tambem n'isto elle queira-  
se sem razão, porque a sua  
prova tem evidentemente  
os caracteres não de uma  
prova nova, mas da con-  
tropriova prevista pelo Art.  
229. Cod. proc. civ. e não a  
tendo proposto no prazo fi-  
xado por este artigo ella  
está perempta.



Com effeito emquanto Juar-  
da tinha deduzido a sua pro-  
va testemunhal para de-  
monstrar que aquelle lhe  
tinha promettido para defi-  
nição de qualquer pendencia  
as sobreditas, digo qualquer  
pendencia relativa aos supra  
declarados contractos de 300,  
elle pretendia demonstrar  
que a promessa não podia  
ser obrigatória porque lhe  
fôra extorquida pela violen-  
cia e pelas ameaças.

Com isto é evidente que elle  
queria dar a prova do con-  
trario quer mesmo com factos  
novos quaes seriam a violen-  
cia e as ameaças, mas taes  
factos que iam ferir dire-  
ctamente o assumpto ad-  
versario, de onde o caracter  
mais manifesto da contro-  
prova que sob pena de pe-  
rempção devia ser deduzida

no prazo de 15 dias a contar d'aquelle em que a sentença se tornara executiva e não o foi.

Por consequente a dita prova não podia ser acolhida nem mesmo na appellação. Nem se diga que isto fere o principio sancionado pelo Art.º 490 Cod. Proc. Civ. porquanto se na forma do mesmo é permittida na appellação a deducção de novas provas, isto vai entendido de harmonia com as disposições relativas a admissão e a annunciaçã da prova, e não pede derogar a sanção dos art.º 229-232 Código do processo civil.

Por ultimo vindo ao exame da prova admittida, a Corte observa que dos depoimentos de Costaman Antonio resultá claramente que no S. Martino de 1890 no





hotel dos 3 cravos em Vicência,  
elle como amigo de guarda e  
tambem de Cadore e certo  
Rancan Angelo, presente-  
mente na America, na occa-  
são em que a mulher de guar-  
da tinha já reacquirido com  
a mediação d'elles por Liras 7000  
os bens outrora vendidos a Cadore  
por seu marido, tendo perceli-  
do que, no negocio, Cadore avan-  
çava-se com £. 300 tinham  
conseguido combinar as partes  
no sentido que este ultimo  
como definição de qualquer  
differença tivesse de desembolsar  
a guarda £. 300, desembolso que  
naõ tinha sido possível fazer  
no dia do contracto porque o  
preço pago por conta do adqui-  
rente pelo feitor do Cav. Cre-  
gri compunha-se de notas  
de grande valor, a saber de £.  
1000 e £ 500 que naõ foi pos-  
sível trocar naquelle dia.

Este testemunho é sustentado pelo outro da testemunha Costaman Luigi filho do supradito, que depõe que exactamente no S. Martino de 1890 tendo encontrado seu pae em Vicencia, este lhe disseira que Guarda tinha de cobrar £. 300 de Cadore em consequencia de calculo feito pouco antes com o seu concurso e do mediador Roncan e que as teria cobrado, digo e que as cobraría outro dia, — e um e outro testemunho são confirmados pela terceira testemunha Tabellian Giuriolo o qual depõe por ter sabido por declarações repetidas de Guarda, de Costaman Antonio e de Roncan Angelo que Cadore tinha promettido aos conjuges Guarda como transacção de todas as suas pretensões e revisão de contas £ 300.



Ora d'estes depoimentos e das respostas de Cadore no interrogatorio, tambem a Corte igualmente como o Tribunal. Tira a convicção que se guarda não conseguin dar uma prova plena do seu assumpto, esta porém não é totalmente balda de prova e portanto recorre no caso a hypothese prevista pelo Art. 1335 Cod. civ. para deferir a guarda o juramento de officio sobre a circumstancia controvertida.

E se diz a guarda, não a Cadore, porque este ultimo não deu nenhuma prova da sua excepção, não podendo attender-se as cartas por elle produzidas, porque estas além de serem despidas de qualquer authenticidade trazem a data de Novembro 1889 e portanto referir-se-iam a ameaças e violencias occorridas antes

D'aquella época, ao passo que o convenio que teria da- do lugar á transacção pelo de- sembolso de £ 300, ter-se-ia dado, no dizer das testemu- nhas assumidas, no S. Mar- tino de 1890, e neste incon- tro não ha vestigios na causa de ter occorrido violencias ou ameaças da parte de guarda.

A formula porém deduzi- da pelo Tribunal deve ser re- ctificada no sentido de corres- ponder melhor ás resultan- cias da prova e ao assumpto de guarda especialmente aco- onde se allude com phrase demasiado vaga e encerran- do um conceito meramente juridico de terem sido mu- dadas as relações de credito e debito entre as partes; ao pas- so que pelo contrario as mes- mas relações oriundas do con- tracto ter-se-iam melhor

PF/PPF/0130-05

esclarecido e precisado somente  
de com a obrigação assumida  
por Cadore de pagar £ 300-

Visto que as custas estão  
a cargo da parte succumben-  
te (Art. 370. C. P. C.)

Por estes motivos

A Corte

rejeita qualquer contra-  
ria, maior instancia ou ex-  
cepção.

Em confirmação e rectifi-  
cação da Sentença 21 Janei-  
ro 1895 do Tribunal de Vi-  
cencia da qual appella-se  
deferre de officio ao appellado  
Guarda Giuseppe o juramen-  
to, não sobre a formula con-  
certada pelo Tribunal, senão  
sobre a seguinte: —

„ Juro que em S. Martino  
„ de 1890 no hotel dos tres  
„ cravos em Vicencia pela  
„ interposições de Angelo Ron-  
„ can e de Costaman Antonio

« Cadore Antonio obrigou-se  
 « a pagar-me liras trezentas,  
 « e isto para definição de qual-  
 « quer nossa pendencia e li-  
 « quidação de contas relativa-  
 « mente aos contractos de ven-  
 « da e successiva recuperação de  
 « que nos instrumentos 5 Junho  
 « 1884 N.º 8375, notas Leuato e 5  
 « Outubro 1889 N.º 98-98 notas  
 « Giuriolo, mas que depois não  
 « cumpriu esta sua promessa, e  
 « go não cumpriu com esta  
 « sua obrigação.»

Condenna o appellante  
 Cadore Antonio a pagar as  
 custas da appellação e as ho-  
 norarios devidos ao patrono  
 officioso liquidados em Liras  
 160 (cento e sessenta) bem como  
 nas custas previamente no-  
 tadas a debito para liquidar-  
 se como de lei comprehendidas  
 aquellas da presente sen-  
 tença, sua expedição e notifi-

ficacão, e reenvia a causa  
ao dito Tribunal de Vicência  
para o seu curso ulterior.

Vicência 22 de Abril 1896.

Assignados - Luigi Adami  
Munari extensor

Furchetti - Ferreri - Setti.

Publicada a presente Sen-  
tença na audiência publi-  
ca de hoje da Secção II pro-  
miscua na forma da lei.

Vicência 1.º de Maio 1896  
assignado. Principe.

Mandamos a todos os  
officiaes de justiça nos quaes  
fôr pedido ou a quem per-  
tença de pôr em execução  
a presente, ao Ministe-  
rio publico de dar-lhe assis-  
tencia, a todos os comman-  
dantes e officiaes da publi-  
ca força de concorrer com  
a mesma quando legalmen-  
te forem solicitados.

Expedida hoje a favor do

appellado admittido como supra  
 ao Patrocínio gratuito a pre-  
 sente primeira Publica Formã  
 executiva. Venera 10 de  
 Maio 1896. Pelo Escrivão  
 impedido (assignado) Lucchesi  
 Escrivão substituto.

(Esta o sello do Tribunal da  
 Corte de Appellação de  
 Venera).

Termo de notificação de  
 Sentença - Venera  
 aos vinte e tres de junho  
 de mil e oitocentas e noventa  
 e seis.

Requerente guarda Giusep-  
 pe do finado Domenico de  
 Montebello Vicentino, ad-  
 mittido ao Patrocínio gratui-  
 to com Decr.º 14-1891 n.º 245 da  
 Commissão junto do Tribu-  
 nal C. P. de Vicencia, com  
 domicilio eleito junto d'este  
 Advogado Antonio Ciano, eu





abaixo assignado official de  
justiça junto da R. Corte de  
Appellação de Venera notifi-  
quei ao Sen.<sup>o</sup> Cadoro Antonio  
do finado Leopoldo de Lupia  
de Sandrogo com domicilio e-  
leito aqui junto do Advogado  
Vittorelli; copia da presente  
sentença 22 de Abril - 1 Maio  
1896. n.<sup>o</sup> 1324 da dita R. Corte,  
a fim que d'ella tenha legal  
conhecimento e para todos os  
effeitos da lei; o que fiz in-  
do ao escriptorio do Sen.<sup>o</sup> Adv.  
Carlo Vittorelli e não tendo  
encontrado la' o Sen.<sup>o</sup> Cadoro  
Antonio, tendo entregue  
a d.<sup>o</sup> copia de sentença e  
uma copia d'este acto nas mãos  
do mesmo Advogado Carlo Vit-  
torelli assignado Jacopo Bra-  
nella.

Visto nesta R.<sup>o</sup> Legação. Sou  
pela legalisação da firma  
que precede. Rio de Janeiro

23 de Marco 1898. O R.<sup>o</sup> Minis-  
tro da Italia (assignado) P.  
Antonelli. (S. S.)

(Estas colladas como estam-  
pas pelo valor total de Reis  
3/300 inutilizadas na Recebe-  
doria da Capital Federal em  
24 de Marco de 1898)

Reconheço verdadeira a assi-  
gnatura do Sr. Conde Anto-  
nelli Ministro da Italia no  
Brasil. Rio de Janeiro 24  
de Marco de 1898. Pelo Di-  
rector Jeral (assignado so-  
bre as competentes estam-  
pas) L. P. da S.<sup>a</sup> Presa.  
(Esta o sello da Secretaria  
d'Estado das Relações Exteriores).

---

Perante o Ilmo Sen.<sup>o</sup> Pre-  
sidente do Trib. Civ e Pen.  
de Vicencia, admissao ao  
Gratuito Patrocinio da Cau-  
da Pobres por Decreto 14 Ou-  
tubro 1891. n.<sup>o</sup> 245.

Solicitado em abaixo assignado Official de Justitia junto do Juizo acima declarado, por Guarda Domenico, digo Guarda Giuseppe do finado Domenico legitimamente domiciliado no escriptorio de seu Procurador Officioso o Adv.º Michele Peroni de Vicencia e residente no Brasil na Provincia de Minas Linha Mogyana Conquista Fazenda Barbosa Jose'

Cito

a Cavore Antonio do finado Leopoldo de Sandrigo legitimamente domiciliado em Vicencia no escriptorio de seu Procurador Adv.º Vibulano D. Volebele a comparecer na firma da lei perante ao Sen.º Presidente do R.º Tribunal Civ. e Pen. de Vicencia no dia 11 Agosto ás 10 horas da ma.

nhã a fim que sejam dadas  
na forma dos Art.<sup>os</sup> 208 e 215  
do Cod. Proc. Civ. as oportunas  
providencias e rogatorias para  
o dito Juazda poder prestar  
o juramento deferido-lhe de  
officio com a Sentença 21  
Janeiro 1895 d'este R.<sup>o</sup> Tribu-  
nal, confirmada pela R.<sup>o</sup> Corte  
de Appellacão de Veneza com ou-  
tra Sentença de 22 de Abril  
1898. Cópia do acto supra  
de Citacão notifiquei a Ca-  
dore Antonio do finado Leo-  
poldo d'aqui, deixando-a no  
domicilio eleito junto de seu  
Procurador Adv.<sup>o</sup> V. Volebele,  
fallando ahi com o mesmo.

Vicencia 6 Agosto 1897  
(amiguado) Conellotto.

Visto nesta Regia Legacão.  
Bom pela legalisacão da as-  
signatura supra. Cio de Ja-  
neiro, 23 de Marco de 1898.  
O R.<sup>o</sup> Ministro da Italia



(assignado) P. Antonelli (L. 1.)  
 (Estas colladas duas estampilhas  
 pelo valor total de trezentos  
 reis inutilizadas na Recebedoria  
 da Capital Federal em 24  
 de Março de 1898).

Reconheço verdadeira a assi-  
 gnatura do Sr. Conde Anto-  
 nelli Ministro da Italia no  
 Brasil. Rio de Janeiro, 24  
 de Março de 1898. Pelo Di-  
 rector Geral (assignado sobre  
 as competentes estampil-  
 has) L. P. da S.<sup>a</sup> Rosa  
 (Esta o sello da Secretaria d'  
 Estado das Relações Exteriores).

No anno de 1899, aos onze  
 dias do mez de Agosto as 11  
 e  $\frac{1}{2}$  horas.

No R.<sup>o</sup> Tribunal Civ. pen.  
 de Vicencia Perante o Se-  
 nhor Boschetti D.<sup>o</sup> Francesco  
 Cav. presidente, assistido  
 pelo Escrivão substituido a:

baixo assignado na Causa  
Liv. de processo summario  
mouida por

Juanda Giuseppe do finado  
Domenico com o procurador  
officioso Adv.º Sen.º Cav.º Pe.  
roni e com o substitueci-  
mento do procurador Sen.º  
D. Bardella D. Antonio, po-  
bre admittido ao patrocinio  
gratuito por Decreto 14 de  
Fevereiro 1891. N.º 244. d'esta Com.  
missao.

contra

Padre Antonio do finado  
Leopoldo de Sandrigo sobre  
nullidade d'Instrumento e  
pagamento de £ 300.

Em consequencia da citação  
6 de Agosto 1897 N.º 624 Offi-  
cial de Justica Tonellotto com  
a qual o procurador do Au-  
ctor citava a C. P. perante  
o Mm.º Senhor Presidente  
do Tribunal a fim que Juas:



da domiciliado presentemente  
na America no Brasil para  
prestar o juramento de offi-  
cio deferido-lhe com senten-  
ca 21 Janeiro 1895 d'este Tri-  
bunal, confirmada e rectifi-  
cada relativamente a for-  
mula da licença do rto de  
Appellaçao de Venera com  
sentença 22 Abril 1896.

Compareceu  
unicamente o Sen.<sup>o</sup> D. Bar-  
della Procurador substabe-  
lecido do Auctor o qual re-  
quer que o Illmo Sen.<sup>o</sup> Pre-  
sidente dê as providencias  
necessarias.

O Illmo Sen.<sup>o</sup> Presidente  
proferiu a seguinte

### Ordenanca

Visto o termo supra e as  
sentenças do 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> Juiz su-  
periormente indicadas:

Acollendo o requerimento  
Vistos os Art.<sup>os</sup> 208, 215 Cod.

Proc. Civ. e 171 da Lei Consular

28 Janeiro 1866. N.º 2804;

Pede a Procuradoria Geral do Rei em Veneza, para que queira providenciar com os meios internacionaes a execucao das Sentenças 21 Janeiro 1895 d'este Tribunal e 22 de Abril 1896 da Corte de Appellacao em Veneza a fim que por Guarda Giuseppe do finado Domenico seja prestado o juramento deferido-lhe.

Copia da presente sera notificada a contraparte.

Publicada a presente somente estando presente o Procurador de Guarda.

Assignados: Boschetti Presidente

" Advg. Cav. A. D. Bardella

" J. De Mari

A presente copia esta conforme com o original e outorga-se em papel livre a favor de Guarda Giuseppe admit-





tido ao gratuito patrocínio por Decreto 14 Outubro 1891 desta Commissão.

Vicência 15 de Agosto 1897  
O Escrivã (assignado) Boreggio.  
(Sello da Chancellaria do Tribunal de Vicência).

A requerimento do Sen.<sup>r</sup> Advogado Bardella procurador substabelecid de guarda Giuseppe En abaixo assignado Official de justiça junto do R. Tribunal Civil e Penal de Vicência, notifiqueti o termo supra e consecutivo Decreto Presidencial ao Sen.<sup>r</sup> Advogado Vibulano Valebele procurador de Cadore Antonio, entregando-lhe copia em seu cartorio em propria maõ.

Vicência 17 Agosto 1897.  
(assignado) Battani Off. de justiça.  
Visto nesta Regia Legação Bom pela legalisação da assignatura supra. Rio de

Janeiro, 23 de Março 1898. O  
 Sr. Ministro da Itália (as-  
 signado) P. Antonelli. (L. S.)  
 (Estas colladas duas estam:  
 pilhas pelo valor total de  
 trezentos reis inutilizadas na  
 Recebedoria da Capital Fede-  
 ral em 24 de Março de 1898).  
 Reconheço verdadeira a assi-  
 gnatura do Sr. Conde An-  
 tonelli Ministro da Itália  
 no Brasil. Rio de Janeiro,  
 24 de Março de 1898. Pelo  
 Director Geral (assignado  
 sobre as competentes estam-  
 pilhas) L. P. da S. Rosa.  
 (Esta o sello da Secretaria  
 d'Estado das Relações Exteriores).

---

À Ilustre Corte de Appel-  
 lação de Veneza -

Admissões ao gratuito Pa-  
 trocinio por decreto 14 Outu-  
 bro 1891. n.º 245 da Commis-  
 são junto ao Sr. Tribunal



Civil e Penal de Vicência.

Recurso

de Guarda Giuseppe do finado  
do Domenico de Montebello  
do Vicentino.

Com sentença proferida em  
22 de Abril 1896 N.º 1324 esta  
Excma Corte confirmando u-  
ma anterior decisão 21 janei-  
ro 1895, emittida pelo N.º Tri-  
bunal C. P. de Vicência em  
uma causa vertente entre  
Guarda Giuseppe do finado Do-  
menico e Cadore Antonio do  
finado Leopoldo, deferiva ao  
Auctor em primeiro grau e  
appellado Guarda, o juramen-  
to de officio sobre a seguin-  
te formula.

" Juro que em S. Martino  
" 1890, no hotel dos tres era-  
" vos em Vicência, em conse-  
" quencia de interposições de  
" Angelo Rancan e de Cor-

„staman Antonio, Cadore  
 „Antonio obrigou-se a pagar  
 „me Liras trrentas, e isto  
 „para definição de qualquer  
 „nova pendencia e liquidacão  
 „de contas relativamente ao  
 „contractos de venda e suces  
 „siva recuperacão de que nas  
 „Instrumentos 5 Junho 1884  
 „n.º 8375 em notas Ceccato  
 „e 5 Outubro 1889 n.º 9 em  
 „notas Siuriolo, mas que de  
 „pois não cumpriu com esta  
 „sua obrigacão.“

E condemnava o appellan  
 te Cadore Antonio a pa  
 gar as custas da appellacão  
 e os honorarios devidos ao  
 Patrono officioso liquidados  
 em L 160 centoes sessenta  
 bem como as custas previa  
 mente annotadas a debito  
 para serem liquidadas na  
 forma da lei comprehend  
 endo aquellas da presente



sentença, sua expedição e notificação, e reenviava a causa ao dito Tribunal de Vicência para seu curso ulterior.

Notificada esta Decisão desde o dia 23 de Junho 1896 ao n.º 658 do Official de Justiça Vianello, não foi produzido contra a mesma nenhum recurso em Cassação e em vista de tratativas de composições não foi adito o Tribunal de Vicência no intuito de ser exaurida a prova supradita. Entretanto guarda Giuseppe filho do finado Domenico emigrava para a America e fixava-se no Brasil, Estado de Minas Companhia Moggyana Estações de Conquista.

Foi por isto que tendo fallado as tratativas de com-

posição mediante citação na  
dificada a Antonio Cadore  
em 6 de Agosto de 1897 ao  
n.º 821 do official de Justiça  
Connellotto junto do Tribu-  
nal de Vicencia foram so-  
licitadas as providencias e  
as opportunas rogatorias a  
fim que em virtude dos ar-  
tigos 208 e 215 do Codigo de P.  
C. a prova pudesse exhan-  
rir-se perante as Autorida-  
des judiciarias estrangeiras.

E o Presidente do R.º Tri-  
bunal de Vicencia com a  
Ordenanca junta de 11 de  
Agosto de 1897 n.º 32, Vistos  
os artigos supra indicados  
208 e 215 do Codigo de P. C.  
e 171 da Lei Consular 28 de  
Janeiro de 1866 n.º 2084 a-  
colhendo a instancia, pedia  
a Procuradoria Geral do Rei  
em Vicencia que quizesse  
providenciar pela execucao



Das supra ditas sentenças, a fim que Juarda Giuseppe pudesse prestar o juramento deferido-lhe.

Uma Publica Firma d'aquella Ordenança foi notificada a Antonio Cadore e pois passou em cousa julgada.

Ora, produzidos estes Autos no Officio da Procuradoria Geral do Rei, foi expressa por elle a opiniaõ que antes sejam pedidas as rogatorias opportunas a' Excmã Corte e modificação de quanto tinham prescripto em relação ao exaurimento da prova as autoridades julgantes, emquanto obtido o relativo Decreto a mesma Procuradoria Geral se teria prestado de boa vontade ou pelo menos teria cooperado na execução, tratando-se de Patrocínio gratuito e tam-

bem de custas previamente notadas a cargo dos R.<sup>os</sup> Cofres.

Por isto o abaixo assignado adv.<sup>o</sup> S.<sup>r</sup> Michele Cav.<sup>o</sup> Peroni, na qualidade de procurador principal de guarda Giuseppe do finado Domenico, admittido ao Gratuito Patrocinio por Decreto 14 Outubro 1891, N.<sup>o</sup> 245 da Commissão junto do R.<sup>o</sup> Tribunal de Vicencia, apresenta respeitosa instancia a esta Excm.<sup>a</sup> Corte a fim que consinta autorizar o pedido ás Autoridades judicarias Estrangeiras e especialmente aquellas com jurisdicão no Estado de Minas Companhia Moggyana, Estacão de Conquista no Brasil, a fim assumam o juramento de officio do dito trabalhador guarda Giuseppe do finado Domenico officinando a ellas ao mesmo tempo para que devolvam depois com os





meios diplomaticos os autos  
relativos.

Vicencia aos 20 dias do mez  
de Janeiro 1898.

A signado Ad. Peroni procura-  
dor officioso de guarda Giuseppe  
pe electivamente domiciliado  
em Vicenza junto do collega  
Ciano.

Visto passe ao seu: Cons.  
Cav: D. Biani pela relacao em  
camara de Conselho.

Venera 20 Janeiro 1898  
Pelo Primeiro Presidente  
(signado) Spanio.

A 10 de

Decreto

A Regia Corte de Appella-  
cao de Venera Seccao Primei-  
ra Civil em Camara de  
Conselho composto do Conse-  
lheiro anciao Giuseppe Cav.  
De Biasi funcionarios de  
Presidente e Conselheiros

Federici Cav. Emilio  
 Murari " Ferdinando  
 Tonini " Giuseppe  
 Cicori " Ermano

Tomado em exame o presente recurso

Ouvida a relação sobre o memo e sobre os autos annexos feita pelo Conselheiro Delegado De Biasi;

Visto como a sentença d'Esta Corte que admittiu o juramento para ser prestado por guarda nas esta mais sujeita a nenhuma reclamação;

Visto como o Auctor guarda esta emigrado na America e agora residindo no Brasil no Estado de Minas Companhia Mogyana, estação de Conquista como trabalhador.

Visto como o Réo Cavore não compareceu na audiên-



cia perante o Presidente do  
Tribunal de Vicencia para  
a expedição do pedido da tomada  
de juramento de guarda no  
Brasil, e foi notificado aos  
17 de Agosto 1893 da Ordenança  
presidencial relativa de 11 do  
dito mez;

Vistos os artigos 208-223-945  
e 946 Cod. Proc. Civ.

Declara

Dirigir pedido a autoridade  
judiciaria d'Appellacao do  
Brasil no Estado de Minas  
pela tomada do juramento  
admittido para ser pres-  
tado pelo Auctor Guarda  
sobre rogatoria conforme  
do Senhor 1.º Presidente d'es-  
ta Corte que devera ser expe-  
rida por via diplomatica pelo  
tramite da local Regia Procu-  
ratoria Jeral.

Venera 1 de Fevereiro 1898  
Pelo Presidente (assignado)

De Biasi. O Escrivão (assigna-  
do) Lucchesi.

A presente copia é conforme  
ao original e outorga-se  
a parte admittida ao gratui-  
to Patrocínio Guarda Giuseppe.

Venera 3 de Fevereiro 1898

No impedimento do Escrivão  
(assignado) Lucchesi Vice-Chan-  
celler adjudante. (Sello do Tribunal)

Visto nesta R.<sup>a</sup> Legação.  
Bom pela legalização da as-  
signatura supra.

Rio de Janeiro 23 de Mar-  
ço de 1898.

O R.<sup>o</sup> Ministro da Itália  
(assignado) P. Antonelli (A. S.)

Estas colladas duas estam  
pilhadas pelo valor total de mil  
darentos reis inutilizadas na  
Recebedoria da Capital Federal  
em 24 de Março de 1898) —

Reconheço verdadeira a ami-  
gnatura do Sen.<sup>o</sup> Conde An-  
tonelli Ministro da Itália



no Brasil.

Rio de Janeiro, 24 de Março de 1898. Pelo Director General (assignado sobre as competentes estampilhas) S. P. da 1ª. Classe.

Esta c'olla da Secretaria d'Estado das Relações Exteriores

criada mais contem nem declara a dita Rogatoria que fielmente verti do original italiano ao qual me reporto. Em fe' de que passei o presente certificado que assignei e sellei com o sello de meu officio.

Rio de Janeiro, 25 de Março de 1898  
Act. de 1898  
M. P. da 1ª. Classe



M. P. da 1ª. Classe  
M. P. da 1ª. Classe  
M. P. da 1ª. Classe  
M. P. da 1ª. Classe



PF/PPF/0130-06

Venezia, li 1 febbraio 1898

CORTE D'APPELLO

DI

VENEZIA



N. 345 p. pref

Risposta a

Del

N.

OGGETTO

Rogatoria

Allegati N.

Ill' Eccellentissimo  
Criminale d'Appello Bresiliano

sull' Estado Des Minas

Nella causa civile promossa davanti il R. Tribunale di Vicenza con citazione del 19 luglio 1894 da Cuaro Giuseppe del fu Domenico di Montebello Vicentino attore rappresentato dal procuratore e patrocinatore officioso Michele Peroni di Vicenza con domicilio eletto presso l'avvocato Ciano Antonio di Vicenza ammesso al gratuito patrocinio per decreto 14 ottobre 1894. A 24 della Commissione addetta al Regio Tribunale Civile e Reale di Vicenza contro Cadore Pietro fu Leopoldo di Sandrigo con unito rappresentato dal procuratore Vibulano Volobela di Vicenza con elettivo domicilio presso l'avvocato

Carlo Vittorelli di Venezia, questa Re Corte  
 d'appello con sentenza del 22 aprile 1896  
 non soggetta a reclamo qualsiasi in riforma  
 e rettifica di quella del Tribunale di Vene-  
 zia del 21 gennaio 1893, deferì all'attore Giu-  
 seppe Guarda il giuramento d'ufficio sulla  
 seguente formola:

" Giuro che nel St. Martino del 1890 all'al-  
 " bergo dei tre garofoli in Venezia dietro l'in-  
 " terposizione di Angelo Ravan. e di Co-  
 " stantino Antonio, Cadore Antonio si obbli-  
 " gò di pagarmi Lire 300 e queste a defini-  
 " zione di ogni nostra pendenza e liqui-  
 " dazione di conti e relativamente ai contrat-  
 " ti di vendita e successiva ricupera di cui  
 " negli istrumenti 5 giugno 1884 A 2375  
 " atti Cecato e 5 ottobre 1889 A 98.98 atti  
 " Giuriola, ma che poi non ha adempiuto  
 " a tale sua obbligazione "

Venne rappresentato, che il Giuseppe  
 Guarda è emigrato in America resi-  
 dente nel Brasile Estado de Minas,  
Compagnia Maggiana stazione de  
Conquista quale operaio per cui ar-  
 stanza del di lui patrocinatore fu

ordinato che sia ricevuto il di lui giuramento dall' autorità giudiziaria competente del luogo di sua residenza.

Egli è perciò che invito la gentilezza di codesto eccellentissimo Tribunale d' Appello a disporre che l' autorità giudiziaria competente del luogo di residenza del Guardà fissi il giorno e l' ora per la prestazione da parte sua dell' ammesso giuramento davanti la stessa, dando nella parteciparione a questa Regia Corte d' appello per la notificarione da farsi al procuratore del convenuto Cadore, e riceva nel giorno stabilito il detto giuramento rimettendo poi il processo verbale relativo da assumersi — Offresi la più perfetta reciprocità.

La prefata rogatoria sarà trasmessa in via diplomatica col tramite della R. Procura Generale di qui.

H. H. di Primo Presidente  
 Presidente di Sezione  
 Spigno

Uscito in questa Regia Segreteria



Quamper legatizgare  
Altairma reira  
Rua de Janeiro 23. Março 1898.

*Officio*



M. M. Ministro d'Italia  
Autouelli



PF/PPF/0130-07



Reconheço verdadeira a assignatura

do Sr. Conde Autouelli  
Ministro da Italia no Brasil

Rio de Janeiro, 24 de Março 1898.





22

In Nome di Sua Maestà Umberto I°  
per grazia di Dio e volontà della Nazione  
Re d'Italia

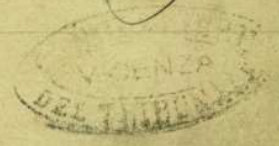
Il R. Tribunale Civ. e Pen. di Venezia composto  
dei Signori Giudici Volpi Edoardo A. di Presiden-  
za, Damian Luc. Luigi e Dall'Oglio Girolamo  
ha pronunciato la seguente - Sentenza -  
Nella causa civile sommaria promossa con cita-  
zione 14 luglio 1894. N° 703 le sign. Prottami ed in-  
finita a ruole di contro al N° 321 addi 1 agosto 1894.  
da Guarda Giuseppe fu Domenico, Altire ammesso  
al gratuito patrocinio per Decreto 14 Ottobre 1891  
N° 244 della locale Commissione ed elettricamente de-  
munito nello studio del suo procuratore officioso  
Avvocato Michele Bernini di Venezia.

N° 906°  
a debito  
Lump.  
N° 821  
L. 18  
Destinari  
N° 177  
L. 85  
L. 40  
L. 1.25

Costo

Costore Antonio fu Leopoldo di Sandrogo col pro-  
curatore e domiciliatario suo avv. Votobelo Dottor  
Vibuleno pure di Venezia - convenuto - in punto -  
pagamento di Lire 300 -  
Udita nella pubblica Udienza del 3 Dicembre 1894 su di-  
fensione della causa e nella quale di essersi -  
Il Procuratore dell'altire - Piacca al Tribunale re-  
jetta ogni contraria istanza ed eccezione di giudicare -  
Dovere si convenuto pagare all'altire Lire trecento

Prottami  
a debito  
Lump.  
N° 821  
L. 18  
Destinari  
N° 177  
L. 85  
L. 40  
L. 1.25



2

per avvenuto errore nel momento in che intervenne  
 al rifiatto di cui l'Intromento 5 Ottobre 1889 N. 9898  
 del Notaio Giordano S. Natale, e ciò agli interessi di mora.  
 Dovrebbe lo stesso Convenuto rifondere le spese di causa  
 spettanti a termine di legge al procuratore ufficio, ol-  
 tre le altre spese prenotate a debito, e dovute allo Stato.

Il procuratore del convenuto perchè sia giudicato =

I. Respingerfi le domande tutte formulate con la li-  
 tazione 22 Gennaio 1892. Usfere Donuti, e colla riasun-  
 tiva 19 Luglio 1894. Usfere Pottani.

II. Condannarsi l'Attore Guarda Giuseppe alla rifusione  
 delle spese tutte del giudizio e conseguenti.

In via subordinata

Ammetterfi la prova per testi sulle seguenti circostanze:  
 Vero che il Signor Antonio Cadore e la famiglia di lui  
 sotto l'impressione di gravi minacce di morte ed incendio  
 ripetutamente fattegli da Guarda Giuseppe e figli nel  
 Novembre 1889 in occasione del rifiatto di un fondo  
 in Termeghedo già da essi a lui venduto, per pretese  
 differenze di conteggi, viveano in continue angustie  
 e timori = Vero che il Signor Antonio Cadore per buona  
 pezza di tempo non usci di casa che accompagnato da un  
 uomo di sua fiducia ed armato, per tema che i Guarda  
 mettebero ad effetto le fattegli minacce; non intenden-  
 do egli di adempiere la estortagli promessa di un

compenso di L. 300. =

Vero che il Cadore ricorse più volte all'intervento dei M. Carabinieri; che si fece anche venire a casa sua, mentre uno dei Guardasì aggirava in altitudine sospetta nei dintorni; e che in seguito appunto a istruzione del Brigadiere, pur sostenendo di non dovere nulla, consegnò al Guardasì lire 50, a tacitazione d'ogni pretesa; con che questi si dichiarò soddisfatto. =

Visti gli altri documenti di causa =

Ritenuto in fatto = che mediante strumento 3.

Greggio 1884 n. 8375 a Nozioni del Notaro D. Levato (debitamente registrato a Vicenza il 9 stesso mese ed anno di contro ai N. 7089-34) l'attore Guarda Giuseppe fu Domenico vendeva a Cadore Antonio alcuni fondi in Montebello Vicentino per il prezzo di L. 7030.88; che in conto prezzo venivano delegate all'acquirente tre annuità livellarie per L. 2062 in sorte sul fondo e prevalentemente; la prima dovuta alla fabbrica di Agugliana in annue lire 54.14 corrispondenti al Capitale di L. 1158.76; la seconda di annue lire 40 dovute ad Antonio Friziero di Vicenza e corrispondenti al Capitale di L. 666.67; la terza di annue lire 18 dovute allo stesso Friziero e corrispondenti al Capitale di Lire 216.64; per rimanente, siccome il Cadore dichiaravasi creditore verso il Guarda di due altri Capitali per complessive lire 1000 di pen-

denti dagli Istrumenti 28 Ottobre 1882. N. 4210, e 16 De-  
 cembre di detto anno N. 4442 del Notajo Ceccato, non che di  
 Lambiati ed accessori, così e' il Guardo dicevasi rita-  
 tuto e ritalpiora il pieno saldo del corra, pultivo contrat-  
 tuale; che però coll' art. 7 del detto Progetto di compra-  
 vendita il Guardo riservarsi il diritto di riscatto, en-  
 tro il termine di cinque anni e verso il rimborso del Ca-  
 pitale e degli accessori giusta il disposto dell' art. 1528  
 (Cod. Civ.), che tal riscatto, mediante l' Istrumento 5 Ottobre  
 1884. N. 95-98 del notajo D. Nutale Giorio fu esercitato  
 dalla Alessandra Festagato moglie al Guardo, che rinacqui-  
 stò i fondi già venduti al Ludore col prezzo pagato progetto  
 pel prezzo di Lire 7,000; delle quali Lire 1158,76 furono dele-  
 gate a pagarsi alla Subbotenza della C. M. di S. Nicolò  
 d' Agugliana pel suddetto livello, e L. 5,841.24 servirono  
 pagare al Mediatore a vista del Notajo rogante, delle  
 parti e dei testimoni; onde e' che alla compratrice rita-  
 fuvasi saldo e quietanza del prezzo; che da quasi tre  
 anni il Guardo, ottenuto il beneficio dei poveri, colla  
 litanione sommaria 22 Gennaio 1892. N. 5 l. c. Donati di  
 Sandrigo, trasse in giudizio l' Antonio Ludore, perché in  
 suo contratto fosse giudicata la simulazione dell' Istrumento  
 5 Giugno 1884. N. 8375, l. c. Ceccato; ed in via subordinata  
 l' obbligo del Convenuto di restituire la somma di L. 1211.14,  
 ed in via subordinata firma l' obbligo di restituire L. 300,

trecento per avvenuta erronea liquidazione di conti;  
 che il Convenuto nella sua comparsa conclusoriale, espo-  
 se il conteggio, sulla base del quale erasi addolvenuta  
 dapprima alla stipulazione del citato Instrumento 5 Giu-  
 gno 1884 atti Cecchi, poi alla stipulazione dell'altro  
 rogito 5 Ottobre 1884 N. 4898 atti Girivola, mediante il quale  
 il fondo compravenduto col primo degli stessi, veniva ricu-  
 perato e liquidato ogni rapporto d'interessi fra le parti;  
 che l'attore in allora propose in conclusoriale un'inter-  
 rogatorio da deferirsi al Convenuto e diretto a stabilire il  
 dedotto errore di conteggio ed il riconoscimento, da parte  
 di lui, del debito nella somma soprapprescritta; Che  
 il Convenuto non oppose tal prova, ed il Tribunale colla  
 sentenza 15 settembre 1892, ritenuto troppo sommario il  
 conteggio esposto dal Convenuto nella sua conclusoriale,  
 fece luogo alla stessa; che previe le notifiche di legge  
 su quella prova e fu unita con Verbale 5 Marzo 1893;  
 che fu estivamente il Guardu, con Citazione 6 Settembre  
 1893 N. 1050 Chilesi, riunisse la causa allo scopo che fosse  
 usata per la testimonianza sulle circostanze stesse giu-  
 dicato a provarsi a mezzo dell'interrogatorio. In tale  
 causa il Convenuto non si curò di comparire e questo  
 Collegio con sentenza 24 Febbrajo 1894 N. 418 faceva luogo  
 anche alla prova per testi (la quale venne pure espe-  
 rita, giusta i Verbali 27 Giugno e 18 Luglio 1894). Che di

seguito a ciò il Guarda, con citazione 24 luglio 1894  
 A 403 usi Buttani, tranne nuovamente il convenuto  
 in giudizio per la definitiva decisione della causa, a  
 cura dello stesso attore i tuti di sopra i sopra a ruolo.

che l'attore a giustificare l'azione promossa affermo  
 che tutte le operazioni tralui ed il Cadore intervenute  
 erano il frutto di una collusione, in forza di cui questi  
 spende in credito di Lire 4000 e di oltre Lire 400 in di-  
 pendenza degli interessi dei due rogiti Cecato, avrebbe  
 fatto fallire la li fra dei proprii crediti a Lire 7000, -

Che coll. Titromento 5 giugno 1884 N. 8375 il Cadore  
 non fece che un mutuo usuratorio, cui si diede la pur-  
 senza di una compra vendita, mentre si usufruì ad esso  
 Guarda venditore il godimento delle cose che si dicevano  
 compra-vendute e delle quali accordavasi perfino il riscatto.

Che quando seguì il rifiatto stesso si conteggiarono alla fu-  
 miglia Guarda tutte le Lire 4000 di cui gli Titromenti Cec-  
 ato, ben Lire 1841.24 a titolo d'interessi d'un biennio  
 ed altri accessori stati pagati dai debitori con legna e den-  
 rate - Che a seguito delle lamenteanze di essi Guarda ele-  
 vate in proprio, il Cadore riconoscendo in parte l'errore  
 di conteggio, come diceva lui avvenuto, si disse, alla pre-  
 senza di più persone, intorpostesi per esaminare l'acqua  
 e metter pace fra i litiganti, debitore verso il Guarda  
 di Lire trecento che avrebbe pagate queste prime, ma che

poi non volle più esordire. E da qui la presente  
causa promossa colla Citazione ventidue Gennaio  
1893 lesuire Donati, colla quale precipuamente chi è  
decafi fosse dichiarato la simulazione dell' Instrumento  
5 Giugno 1882 N. 8355 del Notaio Lecuto, o quanto me-  
no fosse ingiurata la rifusione delle Lire 1411.14 ri-  
fusione ma non pagate dal Cadore dietro l'annunziata  
liquidazione; e finalmente in via più subordinata,  
delle Lire 300 derivanti dall'errato conteggio, come af-  
fermò il Cadore, e delle quali si farebbe confessato debitore.  
Già infine avvertire che durante l'istruttoria della  
lite il Guardia, come egli dichiara, poté intendersi col  
Cadore circa le prime domande, non così relativamente  
all'ultima delle Lire trecento di cui invoca una deci-  
sione — Diritto —

Atteso in ordine che colla Citazione 22 Gennaio 1893 l'Attore  
Guarda intese esporre in giudizio domande di nullità  
per simulazione dell' Instrumento 5 Giugno 1882 N. 8355  
del Notaio Lecuto relativo alla compravendita di alcuni  
fondi in Montebello Vicentino per il prezzo di Lire 7030.88;  
o quanto meno per rifusione di Lire 1411.14 rifusione, ma  
non pagate dal convenuto Cadore dietro liquidazione  
annunziata, e finalmente in via più subordinata, per re-  
stituzione della somma di Lire 300 derivante da con-  
teggio errato. All'uopo dovea necessariamente adir-



re il Tribunale in virtù dell'articolo 84 N. 1. Cod. Pr. C. e  
 E se in seguito senti l'obbligo di ridurre la domanda  
 primitiva a quella di Lire trecento non ne rimaneva  
 fuor della competenza del Collegio adito già radicato  
 nel testo dell'art. 42 della Proced. civile ora abrogata.  
 D'altronde gli inconvenienti d'un contrario sistema so-  
 no troppo palmari per dover essere qui rilevati.

Altepoche neppure si potrebbe dire cambiata in oggi  
 dall'attore la ragione del chiedere convertendo quella  
 inerente ad una azione revocatoria di contratto per si-  
 mulazione in una restituzione d'indebito pagato per  
 l'importo di Lire 300, avvegnanche, qualora si tenga più  
 conto della sostanza che dell'apparenza delle cose, si com-  
 prendeva di leggeri come l'attore mantenne sempre l'u-  
 nività dell'obbligazione nel convenuto; e quella pur  
 della somma pretesa non può dirsi che sia stata illeciti-  
 tamente comprata se già era stata chiesta col primo  
 atto introduttivo il presente epurativo per quanto  
 ne sia affatto subordinato. =

Altepoche ben considerato il complesso delle conclu-  
 sioni dell'attore si viene alla presunzione che egli  
 a dimostrare il proprio assunto vuole trasportarlo  
 dalle prove e scritte.

Rispetto a quella per testi il Convenuto oppone  
 che son nulle e non valutabili le deposizioni testimoniali  
 li assunte in vista del disposto dall'art. 1341 Cod. Civ.  
 Vuole che la prova fosse inammissibile per verfare  
 sopra fatti risultanti da atti scritti e più specialmente  
 dall'Instrumento 5 Ottobre 1884 a rogiti Giurido, ma a  
 torto, ovegnache la presente causa ebbe dappri  
 ma per oggetto un'azione per nullità di contratto  
 dipendente da simulazione —

Una volta che dall'autore si opponeva che col Rogito  
 cinque Giugno 1884 N. 8375 del Notaio Cecato si  
 aveva inteso fra essi contendenti di celare un  
 mutuo a furatizio e non già di stipulare un con  
 tratto di compra vendita; fatto è vero che i Beni  
 apparentemente venduti non erano miei fortiti dal  
 possesso di esso alienante, era pur necessario di  
 fare emergere la vera indole e natura dello stro  
 mento stipulato, l'intenzione e la volontà delle par  
 ti contraenti avuta nel momento della sua esecuzione.  
 E che tal azione sia ammissibile anche contro un do  
 cumento pubblico, più non si dubita perche' ritienfi  
 dalla prevalente giurisprudenza che chi dichiara ef  
 fere l'atto simulato non infirma la fede notariale,  
 ma dice solo che quanto apparisce dichiarato dalle  
 parti intrinsecamente non è vero, e chiede che potte

da banda le apparenze, venga l'impugnato contratt-  
to apprezzate secondo verità in base al notissimo  
principio; plus valere quod agitur, quam quod  
simulate concipitur. -

All'uopo prestaronfi le prove stute ammesse, e per nul-  
la fra esse incompatibili, avegnache come la legge  
non divieta una duplice prova come quella per interro-  
gatorio e per testimonij sugli stessi fatti; cosi al dedu-  
cente rionche il diritto di premunirsi contro ogni  
eventualità; quella cioè che bruna o l'altra delle  
stesse possa mancaregli. Ne varrebbe il dire che  
cosi facendo si viola il disposto dell'art. 1123 l'ordine  
della, avegnache questa disposizione non lo stabi-  
lire che i contratti legalmente formati danno forza  
di legge per coloro che li hanno fatti; manifestamente  
autorizza gli stessi contraenti a difenderli le quan-  
te volte sieno mancati di vincoli giuridici, il cui  
principale fondamento consiste appunto nel consenso  
senza del quale non può esistere convenzione di sorta.  
Orrogi che nella fatti si può concorreva quel principio  
di prova per iscritto che protegge l'ommissione della  
testimoniale giusta l'art. 1347 del Cod. Civ. Di fatti  
il convenuto non ha minimamente difeso di fatto che ebbe  
a rilasciare apposta contro dichiarazione come ebbe  
ad affermare l'attore in conclusione? -

Di più ha egli stesso riconosciuto nell'ultima sua  
 comparsa, che dopo firmato l'istrumento di riupe-  
 ra dei fondi che si dicevano compravenduti col  
 Rogito 5 Giugno 1884. N. 8335 del Notaio Cecchi, fu-  
 rebbero stati continuati i rapporti di debito e credito  
 fra esso ladro e il Guardo attore. Il che implica  
 di per se una convenzione posteriore, la quale nulla  
 ha che fare e vedere coi precedenti contratti; sebbene  
 possa dirsi un'appendice degli stessi. Ed oggi  
 è presumibilmente di quest'ultima che il Collegio è  
 chiamato a conoscere e decidere.

Da doppio fonte quindi si aveva nell'attore quel prin-  
 cipio di prova per i fatti che rende verosimile ol-  
 tre al biforcuto, quanto egli voleva provare coi giuranti  
 ciuti mezzi; e che faceva soggiacere ad eccezione la  
 regola sancita dall'Art. 1347 Cod. Civile.

Impossibile conseguentemente per lettera e per  
 disposto del succitato Art. 1347 Cod. Civile era  
 la testimonianza in esame operata agli effetti  
 della dimostrazione a fronte dal deducendo.  
 Ad ogni modo in oggi trattasi, come si è detto supe-  
 riormente di conoscere e giudicare della convenzione  
 avvenuta posteriormente ai succitati contratti  
 e colla quale sarebbero stati continuati fra le parti  
 contraenti i rapporti di debito e credito. In merito

alla quale si conveniva che lo stesso convenuto  
 non potendo negare la promessa affermata dai  
 testi Costaman e fatta all'attore di pagare la somma  
 di £ 300 a defintorre di ogni <sup>loro</sup> differenza se della  
 quale si farebbe egli arricchito indebitamente al  
 dire del suo avversario e dei testimoni, postione  
 però che la di lui obbligazione manca affatto di  
 cautale ed è invalida come quella che gli fu estorta  
 colla violenza e che non fu fatta da lui liberamente  
 né seriamente.

Sottanto, pressato da minacce gravi egli disse,  
 ed a mano armata dal Guardapadre e dei figli,  
 minacce di morte e d'incendio, ed estendosi inter-  
 posto certo Ungelo Rancan, costretto da fiero timo-  
 re ed indotto anche da sua madre che era del pu-  
 ri spaventata che i Guardapadre però ad effetto le  
 loro minacce, promise che avrei pagato le Lire  
 300 trecento, ed anzi per finirlo una volta dai fu-  
 gressi del Guardapadre pagui Lire 50 cinquanta e li altri  
 con figlio anche del Brigadiere dei Carabinieri  
 in mano d'altro dei figli del Guardapadre, e al quale  
 importò, e si dichiararono si tacitati di qualun-  
 que pretesa verso di me, pretesa fu che era del tutto  
 ingiusta, perché nulla doveva loro, ripetendo che  
 se pagui le £ 50 lo feci per avere la mia quiete

e per evitare delle disgrazie.

Ed a prova della violenza usatagli, e della verità delle circostanze espresse nell'interrogatorio allegato due lettere in data 27 e 29 Novembre 1849, l'una di Giuseppe Selte, l'altra del proprio figlio Leopoldo, ai quali documenti chiede di poter appingere le prove per testi, di cui le conclusioni subordinate, per l'ammissione delle quali egli insiste.

Senonchè queste non possono in oggi essere ammesse, se stando il chiaro e tassativo disposto dell'articolo 229 Cod. Proc. Civ. — È stabilito in fatti che quando la prova contraria verte sopra fatti nuovi, questi devono essere dedotti nel termine di giorni quindici da quelli in cui la sentenza che ammise la prova era divenuta definitiva in conformità dell'articolo 232 di detta Procedura — Nel caso concreto il giudicato che fece luogo alla testimonianza venne notificato al cadore nel primo aprile 1849, e la nuova prova da parte dell'avversario fu proposta nel tre Dicembre p.p. quando cioè era di gran lunga già trascorso il termine surriferito — E le lettere dimette neppure prove, non si fare nella fatti specie perchè non furono vergate dall'attore o da altri dei suoi congiunti, ma sibbene l'una da un figlio e l'altra da un amico o conoscente del convenuto stesso — Mentre quindi.

L'asciutto tal qual frettoso che pieno state fortille  
 ad arte, non son tali da ingenerare nell'unimo del  
 lettore il fondato timore che il male che si preteude  
 minacciato del Guardo fosse non solo reale ma così grave  
 ed imminente che il Convenuto non potesse invocare  
 l'assistenza della forza pubblica e della punitiva giu-  
 stizia per stornarlo. Anzi ad escludere il preteso ri-  
 catto stanno più circostanze, cioè che il ladro non por-  
 tò querela al verso del Guardo, che i testimoni ed  
 introdotti dall'attore a suffragio dell'azione da lui pro-  
 mossa non furono neppur allegati a rapporto, e che lo stesso  
 Convenuto spontaneamente ha confessato d'aver pagato  
 al Guardo a tacitazione d'ogni sua pretesa lire cin-  
 quant' e dieci compenso del Brigadiere dei Carabinieri  
 reali del suo paese. Ora è certo che se questo sott'ufficiale  
 avesse avuto la consapevolezza e la scienza che ingiusta  
 e senza diritto era la violenza che si dice esercitata dal  
 Guardo, egli quale agente della forza pubblica istituita  
 a guardia della sicurezza personale dei Cittadini e dei  
 loro averi, non l'avrebbe lasciata senza repressione.

L'aver invece indotto il Convenuto a stornare coll'attore  
 le lire cinquanta prova che effettivamente aveva il  
 convincimento che coll' Tribonente 5 Giugno 1882 N. 8375,

il primo aveva fatto al secondo un mutuo usuratorio  
 colla solita forma dell'uffitanza del rifiuto, cui si

di edela parvenna di una compravendita, e che in  
 tal modo erasi avventaggiato, se non della somma  
 di Lire trecento come crebbe di dichiarato il testelista-  
 mun, almeno delle cinquanta lire che a definizione di  
 ogni differenza spettante fra i contendenti, consigliò di  
 esporre all'altore. — In tale stato di cose a conve-  
 nire viemigli l'azione promossa dal Guardia che tro-  
 vasi non desistuta totalmente di prova e non piena-  
 mente provata, il Tribunale ritiene del caso di deferire  
 all'altore il giuramento suppletorio in appreso.

Per questi motivi. Visti gli artt. 1344. 1345 Cod. Civ. e  
 222 e 370 Cod. Proc. Civ. Sospeso il giudizio sul  
 merito della Causa —

Ordina all'altore Guardia Giuseppe di giurare in suppli-  
 mento di prova la verità delle proprie affermazioni, e cioè:  
 Giuro e giurando affermo che dopo il rifiuto del Fondo  
 in Termeghedo di cui l'abitamento cinque Ottobre 1849. N.º  
 175-98 del Notaio Giuridico <sup>esercente</sup> ~~più avanti~~ comprenduto col foglio  
 5 giugno 1834. N.º 8375 del Notaio Loccato, per interposizione  
 di Angelo Nancari e di Costaman Antonio, vennero cambiati  
 i rapporti di debito e crediti fra me Guardia Giuseppe ed  
 il Cadore Antonio, in seguito di che questi a definizione di  
 ogni differenza, obbligarsi e promise di pagarmi Lire  
 trecento, che poi non volle più esportarmi neppure in parte.  
 Ordina la computazione delle parti duvanti il Signor



Proprietate per stabilire l'ellenza in cui si giuramento  
dura prestarsi.

Firenze 21 Gennaio 1845

Io Volpi Espos. f. Damini f. Dall'oglio

f. Carminati

Pubblicata all'Udienza d'oggi 2 Febbrajo 1845 a-

senza dell'art. 266 Cod. C. C. f. Carminati f. G

Copia conforme all'originale e p'rilascio in carta semplice  
e a favore di guarda Giuseppe perche' ammesso al f. Damini

per Decreto 11 Ottobre 1844 N. 264 della locale Commissione

Firenze dalla cancelleria del R. Tribunale C. C. addi 9

Febbrajo 1845 f. Canalicchio

Espos.



Firenze li 28 Febbrajo 1845

la richiesta di guarda Giuseppe al Procuratore e Damini  
siaturis come in epigrafe.

Ho fatto scritto spedire addetto al R. Tribunale Civ. Pen.  
di Firenze, ho notificato copia autentica della sentenza  
per sentenza a Cesare Antonio, rinsegnandola nel  
detto domicilio in Firenze, a mani del sig. avv.  
Viktoro Tachete.

Dottoni Andrea Espos.

Visto in questa Regia Legazione di Torino per  
legalizzazione della sopra menzionata  
Copia de' giudizii N. 264 del 11 Maggio 1844

Il R. Ministro d'Italia

Deuto sul.

A S. S. S. Camp.  
N. 821.

Canalicchio



Rio, 29 de Março de 1898

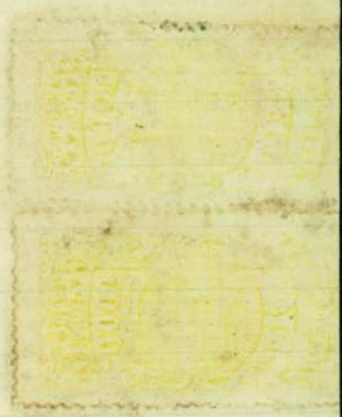


Reconheço verdadeira a assignatura

do Sr. Conde Antoulli  
Ministro do Estado no Brasil.



Rio de Janeiro, 29 de Março de 1898.



288

PF/PPF/0130-07

nu.

57

n. 1224 ruolo

1° maggio 1845



In nome di Sua Maestà  
Imperatore Primo  
per grazia di Dio e volontà della Nazione  
Re d'Italia

La Corte di Appello di Venezia Sezione II  
promossa a richiesta degli Illustri Signori  
Signori

Alonzi Cav. Luigi Presidente.  
Munari e Ferdinando Confaloniere  
Turchetti a Carlo.  
Fiorini a Carlo.  
Lotti a Augusto  
ha pronunciato la seguente  
Sentenza.

*[Handwritten signature]*

Nella causa suole finanza per imposta in  
grado di appello colla istanza del 20 aprile  
1845 M. del exp. uff. Chiofalo adotto  
al Tribunale di Vicenza.

Adesso Antonio fu Leopoldo di Lupia,  
di Landrigo rappresentato dall'Avvocato  
di Vicenza Antonio D. Colabelli sottorappresentato  
dimorante in Venezia, nell'istesso dell'Avv.  
vocato Carlo Ottavelli convenuto in



3

*[Handwritten signature]*

primo grado, adorno appellante  
contro.

Guarda Giuseppe fu Domenico di  
Montebell Vicentina rimesso al Tribunale  
patronato dei poveri per Decreto 14 ot  
tobre 1845 N. 245 della Commissione ad  
della al Tribunale di Vicenza e  
rappresentata dal procuratore ufficio  
Cav. Michele Perani denunciato in Vengo  
proprio il suo collega Avv. Ciana attore  
in primo grado, appellato.

in punto  
riforma della sentenza il giorno  
1845 N. 22 del Tribunale Civile e penale  
di Vicenza.

Udita la relazione della causa fatta  
alla pubblica udienza del 14 aprile  
corrente dall'Avv. Volabile e le ragioni  
di diritto svolte dai patrocinatori  
della parte, in quali proposi la seguente  
Conclusione

Il procuratore dell'appellante conclude:  
perché in totale riforma della sentenza  
il giorno 1845 N. 22 del Tribunale Civ.  
e penale di Vicenza, salvo deferimento

del governo affidato in via semplice  
 senza all'appellante.

Piacca a questa recolta riforma Corte.

Giudicare

Il Respugnoni ha domandato l'atto di  
 mulata con la citazione del gennaio 1892  
 usure Donati e colla via semplice 19  
 luglio 1892 usure Pottani

Il Candamoni l'attore Guarda Giuseppe  
 alla risposta delle spese tutte del giudizio  
 e conseguenti

In via prebendata. Ammettessi la  
 prova per testi sulle seguenti

Circostanze.

Vero che il Signor Antonio Cadore e  
 la famiglia di lui sotto l'impressione di  
 gravi minacce di morte e d'incendio  
 ripetutamente fittaggi da Guarda Giu-  
 seppe e figli nel novembre 1889 nell'ac-  
 cisione del riscatto di un fondo in  
 Bermegheda già da essi a lui ven-  
 duto per metese differenza di contaggio,  
 vivevano in continue angustie e  
 timori

Vero che il Sig. Antonio Cadore per buona parte di tempo non

uffici di casa che accompagnato da un uomo  
di sua fiducia, o, somato, per tema che  
i Guardie mettessero ad effetto le fattogli  
minaccia: non intendendo agli di  
adempire la estortagli, moneta di un  
compenso di lire 300

Verso che il G. d. ora ricorse all'intervento  
dei Re Carabinieri, che lo fece venire  
anche a casa sua, mentre uno dei  
Guardie si aggirava in attesa di  
rispetto nei dintorni, e che in seguito  
appreso a intermissione del Brigas  
diere, non sperando di non dover  
dar nulla, consegnò al Guardie Lire 50 a  
sostanzione di ogni protesta, con che questi  
si dichiarò saldato.

Il Procuratore della parte appellata.

### Conclusione

Rejitta ogni contraria istanza ad eccezione  
procura alla Corte Reale di Padova di  
confermare la sentenza di G. d. 1845  
n. 22 del Re Tribunale di Vicenza colla  
condanna dell'appellante nelle spese  
di lite dovute al procuratore appellato  
ed al G. d. stesso

1881 ed affermerà gli atti e documenti  
di causa, la Corte ha ritenuto in fatto  
e considerato in diritto così come segue.

In Fatto

Con ippamento 5 giugno 1881 atto Cecato  
il Guardas vendeva al Cadore con patto  
di riscatto l'immigrazione in Montebello per  
L. 7030:88

In causa prezzo del prezzo all'acquirente  
passiva di ipoteca sul fondo compravenduto  
per L. 2042:07, e nel momento quello  
deklarava l'estate del prezzo di L. 4000.  
di cui gli ippamenti 18 ottobre e 10 dicembre  
1882 atto Cecato, degli interessi relativi  
su L. 92:78, di una cambiale di cui non  
si vedeva la data né la causa, per L.  
100 e di altri L. 190 che il Guardas doveva  
aver ricevuto a titolo di spese del  
- suddetto ippamento e cancellazione  
delle ipoteche gravanti il fondo compra-  
venduto. Però alla chiusa dell'atto il  
Cadore deklarava di ritenersi notifi-  
cato di altri debiti di L. 100 gravanti  
tali due fondi venduti, debiti che il Guardas  
prometteva di estinguere con mezzi propri

entro 2 mesi o nell'occasione / sono le stesse  
parole dell'istamento / che sarà definita  
qui liquidazione di conti

Con altro istamento 5 ottobre 1889 atti Giuriale il  
Guarda o a meglio dire la moglie di lui Stef-  
fania Festuzzo risagittò in fan di già  
venduti al Cadore per il prezzo di L. 7000:00  
spumendo la papista tuttora sussistente  
verso la Chiesa di S. Nicolo' d'Arigiano di  
L. 1158:76 ed obbedendo al venditore all'at-  
to del contratto la rimanente Lire. 5841:24

Così furono le cose quando nel 1892 il  
Guarda, attento il Tribunale patriarcale infor-  
zava colla citazione del Gemarij detto Anna  
nipote Donato colla quale aveva in giudizio  
il Cadore domandando che in suo riguardo  
contenuto fosse gradita la formulazione dell'isto-  
mento 5 giugno 1884 atti Caccato contenente  
a suo dire un nuntio anziché una vendita,  
e in via subordinata, fosse tanto il Cadore  
a restituire la somma in più percetta di L.  
1111:14 ed in via subordinata forma a resti-  
tuirne Lire 200 per avanzi avanzi a li-  
quidazione di conti

Senonchè nella sua comparsa, condisponde



il Guardas recedette così dalla domanda principale che dalla subordinata, e limitò la sua azione alla condanna subordinata prima della refusione delle Lire 300 - deducendo all'uso un interrogatorio al Cadore scritto a Habessee. V'addebitò errore di contiggiò ed il riconoscimento del debito in detta somma da parte di lui.

Tale interrogatorio fu ammesso dal Tribunale con sentenza 15 Settembre 1842. e il Cadore rispondendovi nel verbale 8 Marzo 1843 dichiarò che aveva bonificò promesso al Guardas le lire 300, ma che la promessa gli era stata offerta dalla volontà del Guardas, e dai figli suoi, e che anzi per persona, sotto anche consiglio del Comandante dei Reali Carabinieri consegnò lire 50 ad atto dei figli del Guardas, con che questi si dichiarò soddisfatto di qualsiasi pretesa.

Di fronte al risultato di tale interrogatorio, il Guardas ricominciò la causa colla istanza 6 Settembre 1842 ripete Cristofa all'effetto che fosse ammessa la prova per testimoni sulle circostanze stesse dedotte per lui.

terrore, e la prova fu ammessa con la  
 sentenza del Tribunale 1884 ed anche espletata  
 in seguito al passaggio in giudizio della  
 suddetta sentenza, e marra dai tre testimoni  
 Costaman Luigi ed Antonio e del notaio  
 Cimico come apparisce dai verbali 27  
 giugno e 18 luglio 1884 della cui rispet-  
 tiva a scanso di ripetizioni si trova  
 nella parte di diritto.

Infine il Guardo con istanza 19 luglio  
 1884 trasse nuovamente in giudizio il Cadore  
 per la definitiva decisione della causa,  
 ed in questo stadio il Cadore intendendo  
 di dar la prova della violenza e della  
 insania onde gli sarebbe stata offerta  
 la proroga delle lire 300, adempì in campo  
 due lettere in date 27 e 29 Novembre 1884  
 l'una di un amico, l'altra del figlio suo  
 Leopoldo colle quali lo si consiglia a guar-  
 darsi dalle possibili prepotenze del Guardo  
 e dei figli suoi e lo si invita a scanso di  
 quasi di obviare le lire 300 - e propose  
 anche una prova testimoniale sulle stesse  
 circostanze che ha debbete anche in questa  
 sede e che sono riportate in esigite per

mettere in essere che fu promesso le L. 300,  
 la promessa gli fu offerta dalla imminenza  
 di morte e di incendio fattogli dal Guarda.  
 e dai figli suoi

Samanche il Tribunale ravvisando nella  
 prova dedotta, una contro prova fu fatto  
 un'ispezione che portante non era stata  
 proposta in termine ai sensi dell'art. 229  
 cod. proc. civ. e rilevando che dalle  
 risultanze dell'inchiesta testimoniale dedot-  
 ta dal Guarda emergeva quel principio  
 di prova che autorizza la delazione  
 del giuramento d'ufficio, deferiva al  
 Guarda stesso tale giuramento sulla  
 seguente formula

Giuro e giurando affermo che dopo il  
 riscatto del fondo in Carmagnola di cui  
 l'istamento d'ottobre 1889 n. 98. 98 del no-  
 tajo Gaviole compravenduto col rogito 5  
 giugno 1889 n. 8375 del Notajo Ceccati, per  
 interposizione di Angelo Boncom e di  
 Costantino Antonio vanno cambiati i  
 rapporti del debito e credito fra me Guarda  
 Giuseppe e il Cadore Antonio, in seguito di che  
 questi a disposizione di ogni differenza

obbligarsi a pagare lire 300, che  
per non volle più sforzarmi nemmeno  
in parte.

È da questa sentenza che appellò il Cadore  
per ottenere la riforma nei sensi delle  
conclusioni da lui prese e riportate in  
epigrafe.

L'appellato Guorda ne chiese invece la piena  
conferma.

In diritto

Escepe anzitutto l'appellante la incompetenza, per  
valore, del Tribunale adito, per che secondo il Guar-  
da receduto dalla domanda principale di nul-  
lità per formulazione della condanna di cui l'offi-  
mento 9 giugno 1884 atti Cassato e da  
quella subordinata per restituzione della  
somma in più pagata di L. 1000, la  
domanda subordinata prima da lui mantenuta  
per pagamento di L. 300 rientrava nella esempe-  
tanza del pretore come quella che non aveva  
alcuna relazione di dipendenza colle prime,  
e procedeva la causa tutt' affatto diversa.  
Ma codesto assunto dell'appellante si fonda  
sopra un errore di fatto e non ha quindi  
alcuna consistenza giuridica.

Non è vero infatti che la domanda di pagamento di L. 300 sia indipendente dalla principale e ricanga una causa diversa, mentre se l'una che l'altra si riferiscono al contratto suddetto 5 giugno 1884 atti Cuccato, che colla prima si volle impinguare per nullità e colla seconda ridurre a quel minor prezzo di vendita che corrisponde alla differenza di L. 300.

Lo stesso tenore del contratto nella sua chiavica là dove si occorra all'affigione di altra dote di Lire 400 appuntosi dal Guarda, dice espressamente che il Guarda ne dovrà rispondere nell'occasione in cui sarà deposita ogni liquidazione di conti; dunque in conseguenza di quel contratto restava pur pendente una liquidazione di conti; la partita non era ancora definitivamente chiusa, e il Guarda poteva benissimo trarre dal contratto una legittima titolo per esercitare l'azione di pagamento di cui si contende. Ora siccome la competenza per valore si determina dalla domanda, e non si contesta che la domanda principale per nullità del contratto era di competenza del

Tribunale, e si quando anche il Guardas us abbia  
 receduto in corso di causa, la domanda fu  
 dimata per pagamento di L. 300, che è  
 da quella dipendente ed accessori, segue  
 la sorte della principale e rientra nella  
 competenza dell'adto Tribunale.

Si dice ancora dall'appellante che la prova  
 testimoniale prodotta dal Guardas è stata  
 ammessa dal Tribunale, non era ammissibile  
 e sebene esposta, era nulla, perché dedotta  
 davanti a una autorità incompetente,  
 e contro l'atto scritto in pregiudizio all'art 1361  
 cod. civ. Codeste eccezioni trovano già la loro  
 confutazione nelle premesse considerazioni  
 di questa Corte là dove si è dimostrato che  
 se il Tribunale fu competentemente adto  
 a che il contratto la faceva per adto ed  
 opere rivoduto e adempito riguardo al  
 pagamento del prezzo, mentre si ne  
 la faceva pendente la destinazione la Guardia  
 adone.

Stando siccome il Guardas deriva il suo  
 diritto al rimborso delle L. 300 da un  
 errore materiale di conteggio, la relativa  
 azione sarebbe sempre esperibile contro

qualsiasi convenzione. Ma ciò che forse di  
 meno equivoco gioverebbe, ~~o che~~ si non permettesse  
 che si discenda più sull'ammisibilità  
 della prova testimoniale, e la esagerazio-  
 nata, imperocché l'appellante fu acquiescente  
 alla sentenza del Tribunale che quella prova  
 ammise, ed è ossequiato che la esagerazio-  
 ne. *fruit de alio nigrum et unde legit-*  
*tima anche quella che non è*  
 L'appellante si lagna inoltre che il Tribunale  
 non abbia fatto luogo alla prova che egli alla  
 sua volta ha proposto nell'ultima riproposizio-  
 ne della causa per dimostrare che la promes-  
 sa che fece al Guardo delle L. 300 gli  
 fu offerta dalla violenza. Ma anche in  
 proposito egli si lagna a torto, per che la sua  
 prova ha evidentemente i caratteri non  
 già di una nuova prova, ma della contro-  
 prova prevista dall'art. 229 cod. proc. civ. e non  
 secondo la proposta nel termine fissato da questo  
 articolo essa è permessa.

Intatti mentre il Guardo aveva dedotto la sua  
 prova testimoniale per mettere in opera che  
 egli aveva promesso o deservire di ogni  
 pendente relativa ai suddetti contratti L. 300

egli intendeva di dimostrare che la  
promessa non poteva essere obbligatoria  
perché offesa dalla violenza e dalla  
minaccia.

Con ciò è evidente che egli voleva dare la prova  
del contrario fra pure esser fatti nuovi quali  
sarebbero la violenza e la minaccia, ma  
fatti tali che andavano a ferire diretta-  
mente l'aspetto avversaria, d'onde il  
carattere più manifesto della contropro-  
va che sotto pena della perenzione doveva  
essere dedotta nel termine di 15 giorni  
da quella in cui la sentenza era diventata  
definitiva, e non lo fu.

Consequentemente la detta prova non  
poteva essere accolta nemmeno in appello.

Ni si dica che ciò importa esser principio fan-  
cito dall'art. 490 cod. proc. civile perché  
per il senso del medesimo è permesso in  
appello la deduzione di nuove prove,  
cioè va intesa in armonia colle dispo-  
sizioni relative all'ammissione ed alla as-  
suazione delle prove, e non può darsi  
alla sanzione degli art. 229. 230. cod. civ.  
procedura civile.



Venendo da ultimo all'esame della prova  
 ammessa, la Corte osserva che dalle depo-  
 sizioni di Costanzo Antonio risulta chia-  
 ramente che nel Martedì del 1890 all'al-  
 borgo dei 3 Garofoli in Vicenza, egli come  
 amico del Guardo ed anche del Cadore,  
 e certo Roncan Angelo, ora in America,  
 nell'occasione in cui la moglie del Guardo  
 aveva già acquistato colla loro mediazio-  
 ne per Lire 7000 i boni prima venduti al  
 Cadore dal marito, avendo osservato  
 che nell'affare il Cadore aveva avvan-  
 tati di Lire 3000 erano disposti a combi-  
 nare parti nel senso che quest'ultima a-  
 dettava di Lire 2000 di differenza dovendo  
 sborsare al Guardo Lire 3000, il che  
 non era potuto fare nel giorno del con-  
 tratto perché il prezzo pagato per conto  
 dell'acquirente del fattore del Cui Negri  
 era composta di biglietti di grosso taglio  
 cioè di Lire 1000 e Lire 500 che non si  
 poterano in quel giorno combinare.  
 Questa testimonianza è sostenuta dal  
 padre del teste Costanzo Luigi figlio  
 del suddetto, il quale depone che ap-

punto nel S. Martina del 1899 incontrato il  
 padre suo a Vicenza, questo gli disse che  
 il Guarda aveva da restituire L. 300 del  
 Cadore a seguito di conteggio fatto poco  
 prima in presenza sua e del mediatore  
 Roncan e che lo avrebbe restituito in altro  
 giorno - e l'una e l'altra testimonianza  
 sono poi rafferimate dal terzo teste  
 Metaj Enrico il quale dopo aver  
 saputo per ripetute dichiarazioni  
 del Guarda, del Castanran Antonio  
 e del Roncan Angelo che il Cadore aveva  
 promesso ai coniugi Guarda a transazione  
 di ogni loro protesta e rinuncia di esente  
 L. 300.

Ora da queste ~~deposizioni~~ deposizioni e dalle risposte  
 del Cadore al redattor-giurista, anche la  
 Corte al pari del Tribunale ritrae il  
 convincimento che se il Guarda non è  
 riuscito a dare una piena prova del  
 suo assunto, questa però non sia man  
 cante totalmente di prova e quindi  
 ricorra nel caso l'ipotesi prevista dall'art  
 1375 cod. civ. per deferire al Guarda il gra  
 ramente d'ufficio sulla circostanza controversa.

E dice si al Guarda e non al Cadore, perchè  
 quest'ultima non diede alcuna prova della  
 sua esistenza non potendosi avere alcun  
 riguardo alle lettere da lui prodotte in  
 quanto che queste altre opere si paglia di  
 qualsiasi autenticità portano la data del  
 8 novembre del 1889 e quindi si osservereb-  
 bere a minaccia e violenza avvenute  
 prima di quell'epoca, mentre il convegno  
 che avrebbe dato luogo alla transazione  
 verso l'Espresso di S. M. sarebbe avvenuto,  
 a detta dei testi appunti, nel 1.º Martino  
 del 1890 ed in questo incontro non  
 ha vi traccia in causa che siano inter-  
 venute violenza e minaccia da parte  
 del Guarda

La formula però delotta del Tribunale  
 vuol essere rettificata nel senso di corrispon-  
 dere meglio alla sostanza della prova.  
 ed all'apunto del Guarda specialmente  
 là dove si fa cenno con frase troppo vaga  
 ed includente un concetto meramente  
 giuridico che siensi invertiti i rapporti  
 di credito e debito fra le parti; mentre  
 anzi i rapporti stessi nascenti dal contratto

si farebbero soltanto, e all'obbligo assunto  
dal Cedente di pagare le L. 300, meglio  
chiarite e precisate.

Visto che la Ditta Stamma su carico  
della parte succumbente (art. 370 c. p. c.)

Per questi motivi

La Corte.

rejetta ogni contraria, migliore istanza  
ed eccezione

In conformità e ad effetto della sentenza del  
giornoj 1895 del Tribunale di Vicenza  
di cui si appella - deferisce d'ufficio all'  
appellato Guardo Giuseppe il giuramento,  
anziché sulla formula consuetudinaria del  
Tribunale, sulla seguente:

« Giuro che nel S. Martino del 1890  
« all'albergo dei tre garofoli in Vicenza,  
« dietro la interposizione di Angelo Roncon  
« e di Costantino Antonio, Cedente Vittorio  
« si obbligò di pagare lire trecento,  
« e questa a destinazione di ogni nostra  
« pendenza e liquidazione di conti  
« nel strumento ai contratti di vendita  
« e successiva ripresa di cui negli  
« istromenti 5 giugno 1886. N. 8975 atti. Causa

e l'attoria del N. 98-98 atti di questo, ma  
che poi non ha adempito a tale sua  
obbligazione.

Condanna l'appellante Cadore Antonio a pagare  
le spese di appello e gli onorari dovuti al patri-  
cinatore ufficiale liquidati in Lire 105/centesimi  
danti, nonché le spese promette a debito da  
liquidarsi come per legge comprese quelle  
della presente sentenza per l'iscrizione e  
notificazione; e rimanda la causa al suddetto  
Tribunale di Venezia per l'ulteriore suo corso.

Venga dal Cavale. 10/10  
firmato. Luigi Adamo  
Avvocato.   
Fedej  
Lotto.

Procuratore  
Pubblicato la presente sentenza all'istruttoria  
pubblica degli atti della Sez. II. per conformarsi  
ai sensi di legge.

Venga l'11 Maggio 1878  
firmato l'Avvocato

Comandiamo a tutti gli uffici  
che ne faranno notifica ed a chiunque

Spetti di mettere ed eseguire la prefata, al  
Municipio pubblico di Loro assistenza per tutti  
i comandanti ed ufficiali della forza pub  
blica ad osservarsi sempre quando ne siano  
legalmente richiesti



Spetta oggi a favore dell'appellato sommesso come sopra  
Art. 18 al Trattato patrio la prefata prima copia informata  
n. 75 sentiva Venezia li 10 Maggio 1896

per il Concilio impedito - Luigi Vecchiarelli

22:75  
ante a presentata  
N. 1724



- Atto di notifica sentenza -

Venezia li Ventitre Giugno

XXIV  
Demarca

milleduecento novantasei

Richiedente Guardia Giuseppe fu Domenico di mun tebelli  
Vicentino, ammesso al T.S. con N. 14-10.91 N 245 della som  
ministrare presso il Trib. Civ. Venezia, con eletto d'amicizia presso  
quello di Av. Antonio Giannini, in forza di potere a debiti alle 17 (quindici)  
appello di Venezia di notifica del P. Cadore Antonio fu Leopoldo  
di Lupatini di S. Andrea con eletto d'amicizia qui presso l'ausante  
Vittorelli con potere sentenza 22 aprile - 1 maggio 1896 N 1324  
della sud. R. Corte, onde ne abbia legale conoscenza per ogni ef  
fetto di legge, in che per recusarmi nello studio del S. Augusto Vit  
torio ed in non avendo incontrato il S. Cadore Antonio avven  
do come quello di cogn. S. Andrea in una copia di questo mio atto  
a mani dello stesso ausante Vittorelli, Jacopo Rimella



Legale legalizzato

658  
1:20  
60  
1:40  
ad. 60  
Venezia

Vino  
21 qua  
Van 2/2 98  
Nemini



Visto e guasta de gra de garone  
buona per la legalizagone della  
firma che precede

Rio de Janeiro 23. Marzo 1899

Al N<sup>o</sup> Ministerio d'Italia  
Parigi

*Handwritten signature/initials*



330

Reconheço verdadeira a assignatu.

do Sr. Coud. Antonelli

Ministro da Italia m



Rio de Janeiro, 24 de 23 de

del Director Geral

*Handwritten signature: P. da S. R.*





Traversi l' Ill. mo Sig. Presidente del Tribunale  
Civ. e Pen. di Vicenza

A Sebeto Camp. IV

Ammissione al gratuito patrocinio della pec.

A 821

dei Poveri per decreto 14. Ottobre 1891. N. 245.

Manzoni

Richiedo io sottoscritto Ufficiale addetto al Giudizio  
sindacato da Guardia Giuseppe fu Domenico  
attivamente domiciliato nello studio del D. N. 624

lui Procuratore Ufficiale l' avv. Michele Pers. Notif. L. 75

di Vicenza residente in Brasile nella Rep. ... 10

Provincia di Minas Geraes Mojana Conquista Copia ... 80

Fazenda Barboza Joze (Compa. - Minas) ... 1.65

Vito ... 220

Cadore Antonio fu Leopoldo da Landrigo ... 8.85

attivamente domiciliato in Vicenza nello ...  
studio del D. lui Procuratore avv. Vibulano

D. Volobeli a comparire nelle forme di legge

Traversi al Sig. Presidente del R. Tribunale N. 624

Civ. e Pen. di Vicenza nel giorno 11. Agosto N. 1000

alle ore 10. ant. perche siano impartiti ...  
giusta gli art. 208 e 215 del Cod. di P. C.

gli opportuni provvedimenti e rogatorie

onde il Guardia sudd. possa prestare il giura

mente d'ufficio riferito gli colla sentenza

21 Gennaio 1895 di questo R. Tribunale, con

firmata dalla R. Corte d'Appello di Venezia



W



coll'altra Sentenza del 22. Aprile 1896,  
e copia del susseguente atto di Citazione ho notifi-  
cato a l'adv. Antonio fu Leopardo Riqui,  
suscrittore nel Tribunale eletto presso  
il suo Procuratore Avv. V. Volzetti, in  
partenza con mio figlio  
Vicenza 6 Agosto 1899

*Antonio Antonelli*

Vieto in questa Regia Legazione  
nel nome per legalizzazione  
della prima copia  
Rio de Janeiro 25. Marzo 1898

El Sr. Ministro d'Italia  
Rome Italy

*Officina*



300



Reconheço verdadeira a assignatura  
do Sr. Cond. Antonelli  
Ministro da Italia no Brasil

Rio de Janeiro, 25 de Março de 1898

Pelo Director Geral



PF/PPF/0130-07

72. L'anno 1891, addi undici del mese di agosto ad ore 11 1/2

72.

del 1.º Tribunale Civ. pen. di Firenze avanti il sig. Rofchetti D. Francesco

Car. presidente, assistito dal V. Cam. A. 197 Gran liere usap.º

Setta Cause Civ. a proc.º. p. amm.º, pro mossa da

Guarda Giuseppe fu Domenico col proc. off.º. avv.º. sig. Car. Peroni e colla sost. a debito luzione del procuratore leg. D. Bardella Cesare D. Antonio, povero sempre al patrocinio P.º.º. grat.º. per D.º. 14 Serie 1891. N.º 244 di quella causa;

contro

N.º 660

Cadore Antonio fu Leopoldo di Landigo in punto nullità di pagamento e pagamento L. 300

L. 885  
Cinque  
Battimiglia

In seguito alla litanione 6.º agosto 1891 N.º 624. Uguere Cavallotto con cui il procura. Dell'attore citava la P.º.º. anzi l'U.º.º. sig. Presidente del Tribu nate perche fossero impartiti giusta gli art.º. 208, 215 Cod. proc. Civ. gli ap portuni provvedimenti rogatorie e

in debito  
causa IV  
D.º.º.  
Munichini  
Pungy

5/

il Guard. Provinciale presentemente  
in America nel Brasile possa preparare  
il giuramento d'uff. Definitogh' colla  
Chioduro N. Gennaio 1895 E questo  
N. tribunale convalidata e rettificata  
nei riguardi della formula dell' <sup>uff.</sup> ~~uff.~~  
fatto di Appello in Venezia colla Sen-  
tenza 22. Aprile 1896.

conferme

il solo sig. L. Parvella procuratore  
sost. dell'attore il quale ha istaura  
perche' l' <sup>uff.</sup> sig. Residente dia i pro-  
cedimenti opportuni.

L' <sup>uff.</sup> sig. Residente proferiva la se-  
guente ordinanza

« Visto il superiore verbale e le sentenze  
del 1.º e 2.º Giudice superiormente in dia-  
to »

« quella la fatta domanda  
Vissigh' art. 208. 215 Cod. Proc.  
Civile e 171 della Legge sancitata  
28. Gennaio 1866 N.º 2804 »

« Richiede la procura Generale del Re  
in Venezia, perche' voglia provvedere  
con mezzi Interunzionali alla esecu-  
zione »

zione delle Sentenze 21 Gennaio 1895  
di questo Tribunale, e 22 Aprile 1896.  
Della parte di Appello in Venezia, all'ef-  
fetto venga dal Guardo Giuseppe per  
l'incarico prestato il deferitagli giura-  
mento.

Copia della presente sarà notificata  
alla controparte.

pubblicata presente il solo compare  
procurat. del Guardo  
f. Proprietà per  
f. Avv. Bartella

f. G. Temari

La presente copia è conforme all'originale e si rilascia  
in carta libera a favore di Guardo Giuseppe ammesso  
al grad. prot. per decreto 14 Ottobre 1891 di questa  
Commissione.

Vicenza li 15 Agosto 1897

A. Carnellone

Maffezzo



A richiesta del sig. avvocato Bartella procuratore  
sostituto di Guardo Giuseppe.

V. Autouelli 10 RR

To p[ro]p[ri]o p[ro]prio p[ro]prio p[ro]prio al No. Tribunale civil  
e penale di Kiangy, ho manifestato il favor esse  
verbale, ed appiedato l'impresario Deudo al sp[eci]o  
avvocato Kibano Vatehelo procuratore di judice  
Lubano, consegnandoli nel suo studio a mani d.  
Lui

Kiangy 17 Agosto 1897  
Battani p[ro]prio

Marta in questa Regia Legazione  
duovo per legalizzazione della fir-  
ma sopra

Rice De Janeiro 23. Marzo 1898  
di M. Ministro d'Italia  
Autouelli

D. Autouelli



Reconheço verdadeira a assignatura  
do Sr. Conde Autouelli  
Ministro da Italia no Brasil

Rio de Janeiro, 24 de Março 1898. 8.



57

All' Ecc<sup>ma</sup> Corte d' Appello in Venezia.

Ammissione al gratuito patrocinio per  
Decreto 14 ottobre 1891. A 24 della com-  
missione addetta al R. Tribunale  
Civile Generale di Venezia

Ricorso

di Guarda Giuseppe fu Domenico da  
Montebello Vicentino

Colta sentenza proferita nel 22 Aprile  
1896 al N. 1324 codesta Ecc<sup>ma</sup> Corte  
confermando una anterior sentenza  
21 gennaio 1895, emessa dal R. Tribunale  
C. C. di Venezia in una causa vertente  
fra Guarda Giuseppe fu Domenico e  
Cadore Antonio fu Leopoldo, deferiva  
all' attore in primo grado in appellato  
Guarda, il giuramento d' ufficio sulla  
seguente formula.

" Giuro che nel S. Martino 1890, all' albero  
" dei tre garofoli in Venezia, dietro la  
" interposizione di Angelo Rancan e S.  
" Castellan Antonis, Cadore, Antonio  
" s' obbligo di pagarmi lire trecento, e  
" questo a definizione di ogni nostra

" pendenza e liquidazione di conti rela -  
 " tivamente ai contratti di vendita e suc -  
 " cessiva ricupera di cui negli Istrumenti  
 " 5 giugno 1884 al # 873 altr. Cecchet  
 " e 3 ottobre 1889 # 9 altr. Guirio, ma  
 " che poi non ha adempito a tale  
 " sua obbligazione "

E condannava l'appellante Cadore  
 Antonio a pagare le spese d'appello e gli  
 onorari dovuti al patrocinatore appa -  
 cioso liquidato in L. 100 centofessante  
 nonché le spese prestate a debito da  
 liquidarsi come per legge comprese  
 quelle della presente sentenza, sue  
 spedizione e notificazioni, rinviava  
 la causa al suddetto Tribunale di  
 Venezia nell'ulteriore suo corso.

Certificato questa decisione fuo del 23  
 giugno 1896 al # 678 dell'uscire Va -  
 nello, non fu prodotto contro della me -  
 desima verun ricorso a Cassazione e  
 stante trattato di componimento non  
 fu arto il Tribunale di Venezia nell'in -  
 tanto che fosse esaurita la prova anzi -  
 della. Nel frattempo si Guardo



Giuseppe fu Domenico emigrava in America  
e stanziavasi nel Brasile, Estado de Minas  
Campagna Maggiore. Stazione de Con-  
quista.

Si fu per questo che falliti i trattati di  
componimento mediante citazione  
notificata all'Antonio Cadore il 6 A-  
gosto 1897 al N. 21 dell'uscire con-  
vulso addetto al Tribunale e Procura  
si richiesero i provvedimenti e l'appattum  
ragatorie perche in forza degli articoli  
208 e 219 del Codice P. C. la prova  
potesse esaurirsi dinanzi alle Auto-  
rita giudiziarie estere.

Ed il Presidente del N. Tribunale di  
Venezia coll'allegata ordinanza 11 A-  
gosto 1897 N. 21. Visti gli articoli sud-  
208-219 del Codice P. C. e 171 della  
legge Casolare 28 gennaio 1886 N. 2804  
accogliendo la domanda, richiedeva la  
ricerca generale del Re in Venezia perche  
si compiacesse, si provvedesse alle espunzioni  
della sentenza suddetta, all'effetto  
che il Guardo Giuseppe potesse prestare  
il difetto gli governamenti.

Una copia autentica di quella ordinanza  
venne notificata all'Antonio Cadoni,  
e decorse poi in cosa giudicata.

Ora, prodotti questi atti all'Ufficio  
del Procuratore Generale, venne dal me-  
desimo espresso l'avviso che dapprima  
sieno chieste le rogatorie opportune  
all'Ec<sup>ca</sup> Corte in modificazione di  
quanto avevano prescritto nei riguardi  
dell'esaurimento della prova le auto-  
rità giudicanti, mentre all'uno il  
relativo decreto la stessa Procura Generale  
è sarebbe di buon grado prestata ed al-  
terno avrebbe cooperato all'esecuzione, hat-  
tandosi di gratuito patrocinio ed anche  
a spese provolate a carico del Reario.

Ed è per questo che il sottoscritto  
avv. Michele Car Peroni, quale prosecu-  
tore principale della Guardia Giuseppe  
pe Domenico, ammesso al gratuito  
patrocinio per decreto 14 ottobre 1891  
al N. 24 delle Commissioni addette  
al No Tribunale di Venezia, rivolge os-  
sequiosa istanza a codesta Ec<sup>ca</sup>  
Corte perché compente di autorizzare

lanchista alle Autorità Giudiziarie  
 potere, precisamente a quelli sopra-  
 stanti allo stato di Minas Compagnie  
 Maggiore, Harions & Conquato  
 sul Brasile, onde assumano il giu-  
 ramento d'Ufficio del suddetto o-  
 perajo Guarda Giuseppe fu Domenico  
 officiaudole in pari tempo e ri-  
 mandare poi coi mezzi diplomatici  
 gli atti relativi.

Venezia addi 20 Gennaio 1898  
 p. Peroni procuratore officio  
 del Guarda Giuseppe e letteralmente  
 domiciliato a Venezia presso il Collegio  
 Cranso

Nota pass. al sig. Conf. Cao de Biasi  
 nella relazione in Camera di Consiglio  
 Venezia 20 Gennaio 1898  
 p. H. Basso Presidente  
 p. Spanio

A 10 RR

Secreti

La Regia Corte d'Appello di

Venezia Sezione prima Civile  
 in Camera di Consiglio composta  
 del Consigliere anziano Giuseppe  
 Car. De Biasi p. p. presidente e  
 Consiglieri

Federici Carlucio

Mumari Ferdinando

Tomini o Giuseppe

Licori o Amaro

Proprio e parte il presente ricorso;  
 Udita la relazione sullo stesso  
 e sugli incidenti alla gamba dal  
 Consigliere delegato De Biasi;  
 Atteso che la sentenza di  
 questa Corte che ammette il giu-  
 ramento da prestarsi dal guarda  
 non è più soggetta ad alcun re-  
 clamò;

Ritenuto che l'attore Guarda sia  
 emigrato in America ed ora re-  
 sidente in Brasile nell'estado  
 del Minas Compagnia Maggiore  
 stazione di conquista quale ope-  
 rario;

Ritenuto che il convenuto Cadore

non comparso all'udienza davanti  
 al Presidente del Tribunale di  
 Vicenza per rilasciare a richiesta  
 all'assunzione del giuramento  
 del Guardia nel Brasile, e fu notor-  
 fiato il 17 Agosto 1898 dell'or-  
 dinanza presidenziale relativa  
 dell'11 dello mese;

Articoli 208-223-949  
 e 946 D. pro. civile  
 dichiara

emettere richiesta all'autorità  
 giudiziaria d'appello del Brasile  
 nell'Estado des Minas per l'as-  
 sunzione del giuramento ammes-  
 so prestarsi dall'altro Guardia  
 sopra rogazione conforme del  
 1° Presidente di questa Corte da  
 spedirsi in via diplomatica ed  
 tramite della locale Regia Procura  
 Generale

Venezia 1 febbraio 1898

Il Presidente  
 P. de Biasi

Finetti

La prefata copia è conforme all'originale e si rilascia alla posta  
A. S. M. Camp. IV apposta ammessa al gratuito patrocinio  
Cav. Brig. Riccio Guarda Giuseppe.

Venezia 3 febbraio 1898  
per il cancelliere impubbl.  
Sinhoff Reccometiere anfrang



Visto in questa Legazione:  
buono per legalizzazione della firma  
sopra

Luca de Aguiar 25. Marzo 1898  
M. Ministro d'Italia  
Rentes mly.



*Official*



Reconheço verdadeira a assignatura  
do Sr. Coude Autouelli  
Abiuchis da Italia no Brasil  
Rio de Janeiro, 24 de Março de 1898.





É certo que trata-se de interesse  
privado e em matéria civil, caso  
em que a acção deve partir do  
litigante, por si ou seu procurador,  
e adiantar retas e pagar custas.  
Tal é o direito processual para as  
brasileiras, e grande novidade seria  
como excepção para a estrangeira.  
Para maior segurança afficiei ha-  
ver ao Sr. Ministro da justiça expon-  
do a causa, e aguarde-se a respos-  
ta. Pellos Ybisante 29 de Jan. de 1902

Eduardo Lequiceira

PF/PPF/0130-10

Data

Em mesmo dia acção referida me  
foram entregues retas ante a  
afluência de retas de quarenta e cinco.

Co. Antonio Pinheiro de Aguiar de  
prate, Excmo. o Sr. Min.



